

REGULAMENTO DE EXPLORAÇÃO DOS PORTOS SOB JURISDIÇÃO

DA

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA TERCEIRA E GRACIOSA, SA.

ÍNDICE

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

SECÇÃO I - Aplicação do Regulamento de Exploração

Artigo 1º - Objecto e âmbito

Artigo 2º - Segurança

Artigo 3º - Responsabilidades

Artigo 4º - Regulamentos específicos

Artigo 5º - Âmbito de aplicação

Artigo 6º - Autoridades

Artigo 7º - Áreas de exploração terrestre

Artigo 8º - Áreas de exploração marítima

Artigo 9º - Utilização do porto

Artigo 10º - Terminais, instalações especializadas e áreas de utilização condicionada

Artigo 11º - Competências da autoridade portuária

Artigo 12º - Exclusividade

SECÇÃO II - Normas de aplicação geral

Artigo 13º - Sujeição ao regulamento de tarifas

Artigo 14º - Requisições à autoridade portuária

Artigo 15º - Não execução de serviços

Artigo 16º - Serviços portuários

Artigo 17º - Inspeção e fiscalização

Artigo 18º - Prestação de informações

Artigo 19º - Reparação de estragos

Artigo 20º - Garantia de pagamento de encargos

Artigo 21º - Reclamação de facturas

CAPÍTULO II - EMBARCAÇÕES

SECÇÃO I - Generalidades

Artigo 22º - Horário de funcionamento do porto

Artigo 23º - Embarcações

Artigo 24º - Arqueação e parâmetros caracterizadores

Artigo 25º - Agentes de navegação, armadores e transportadores marítimos

Artigo 26º - Responsabilidades dos agentes de navegação

Artigo 27º - Comandantes de embarcações

SECÇÃO II - Acostagem e desacostagem das embarcações

Artigo 28º - Aviso de chegada

Artigo 29º - Acesso, entrada, navegação e saída do porto

Artigo 30º - Requisição de serviços

Artigo 31º - Ancoradouros exteriores

Artigo 32º - Postos de acostagem

Artigo 33º - Ordem de acostagem das embarcações

Artigo 34º - Prioridades de acostagem

Artigo 35º - Obrigatoriedade de acostagem

Artigo 36º - Operações de acostagem

Artigo 37º - Perda de posição de acostagem

Artigo 38º - Competência para autorizar acostagens, desacostagens e mudanças de cais

Artigo 39º - Marcação de saída

- Artigo 40º - Atrasos verificados no início das manobras
- Artigo 41º - Navegação e manobras
- Artigo 42º - Obrigações das embarcações
- Artigo 43º - Quando se considera acostada ou desacostada uma embarcação
- Artigo 44º - Embarcações prolongadas
- Artigo 45º - Embarcações arribadas
- Artigo 46º - Embarcações em reparação
- Artigo 47º - Embarcações de recreio
- Artigo 48º - Embarcações que não estejam a efectuar operações
- Artigo 49º - Desacostagem de uma embarcação sem terminar as suas operações
- Artigo 50º - Desacostagem e mudança de posto de acostagem
- Artigo 51º - Operações de desacostagem
- Artigo 52º - Obrigatoriedade de boa produtividade

SECÇÃO III - Serviço de Pilotagem

- Artigo 53º - Assistência de pilotos
- Artigo 54º - Movimentos e manobras
- Artigo 55º - Requisição dos serviços
- Artigo 56º - Embarque e desembarque do piloto
- Artigo 57º - Obrigações do piloto
- Artigo 58º - Obrigações dos comandantes das embarcações

SECÇÃO IV -Reboque das embarcações

- Artigo 59º - Utilização de rebocadores e lanchas
- Artigo 60º - Número de rebocues a utilizar
- Artigo 61º - Zona interior do porto

SECÇÃO V - Amarrações

- Artigo 62º - Serviço de amarração e desamarração
- Artigo 63º - Material de amarração
- Artigo 64º - Segurança das amarrações

SECÇÃO VI - Segurança e obrigações das embarcações

- Artigo 65º - Embarcações acostadas
- Artigo 66º - Escadas ou pranchas de acesso
- Artigo 67º - Embarcações que transportem mercadorias perigosas
- Artigo 68º - Incêndio a bordo
- Artigo 69º - Imobilização e experiência de máquinas
- Artigo 70º - Objectos e mercadorias caídos à água
- Artigo 71º - Esgotos, despejos, lançamento de objectos à água ou deposição de materiais nos cais
- Artigo 72º - Responsabilidade por avarias
- Artigo 73º - Embarcações de recreio e pesca

CAPÍTULO III - MERCADORIAS

SECÇÃO I - Disposições comuns

- Artigo 74º - Regimes de movimentação das mercadorias
- Artigo 75º - Classificação das mercadorias quanto à natureza
- Artigo 76º - Classificação das mercadorias quanto à forma de apresentação
- Artigo 77º - Regime aduaneiro dos cais e das cargas
- Artigo 78º - Relação entre as autoridades portuária e aduaneira
- Artigo 79º - Manifestos
- Artigo 80º - Planos e listas de carga
- Artigo 81º - Responsabilidade pelas mercadorias
- Artigo 82º - Transferência de responsabilidade
- Artigo 83º - Remoção de lixos e resíduos

SECÇÃO II - Movimentação de mercadorias

- Artigo 84º - Empresas de estiva
- Artigo 85º - Movimento de mercadorias
- Artigo 86º - Dever de cooperação
- Artigo 87º - Operações portuárias
- Artigo 88º - Programa de operações
- Artigo 89º - Operações de tráfego
- Artigo 90º - Precauções na movimentação das mercadorias
- Artigo 91º - Restrições à operação de movimentação de mercadorias
- Artigo 92º - Animais vivos e pescado

SECÇÃO III - Armazenagem

- Artigo 93º - Armazenagem de mercadorias
- Artigo 94º - Normas para a armazenagem das mercadorias
- Artigo 95º - Armazenagem a coberto e descoberto
- Artigo 96º - Proibição de armazenagem nas zonas de trabalho ou de trânsito
- Artigo 97º - Armazenagem de mercadorias perigosas e especiais
- Artigo 98º - Mercadorias avariadas
- Artigo 99º - Sobrecargas sobre os cais e terraplenos
- Artigo 100º - Mercadorias abandonadas
- Artigo 101º - Remoção de mercadorias e equipamentos

SECÇÃO IV - Contentores

- Artigo 102º - Contentores

CAPÍTULO IV - PASSAGEIROS

- Artigo 103º - Regime dos passageiros
- Artigo 104º - Lista de passageiros de navegação marítima (longo curso)
- Artigo 105º - Desembarque e embarque de passageiros de navegação marítima (longo curso)
- Artigo 106º - Bagagem de passageiros de navegação marítima (longo curso)
- Artigo 107º - Passageiros e bagagem de navegação local (inter-ilhas)

CAPÍTULO V - EQUIPAMENTO

SECÇÃO I - Disposições comuns

- Artigo 108º - Equipamento
- Artigo 109º - Equipamento terrestre
- Artigo 110º - Equipamento flutuante
- Artigo 111º - Aluguer de equipamento
- Artigo 112º - Requisição do equipamento da autoridade portuária
- Artigo 113º - Prioridade na distribuição do equipamento da autoridade portuária
- Artigo 114º - Realização de serviços fora do porto

SECÇÃO II - Equipamento de movimentação vertical

- Artigo 115º - Movimentação vertical
- Artigo 116º - Utilização de equipamento da autoridade portuária
- Artigo 117º - Utilização de equipamento estranho à autoridade portuária
- Artigo 118º - Normas de utilização do equipamento da autoridade portuária
- Artigo 119º - Danos resultantes das características das mercadorias
- Artigo 120º - Responsabilidade por avarias ou roturas fortuitas
- Artigo 121º - Normas de utilização de guindastes
- Artigo 122º - Suspensão dos serviços de guindagem

SECÇÃO III - Equipamento de movimentação horizontal

Artigo 123º - Movimentação horizontal

Artigo 124º - Utilização do equipamento

Artigo 125º - Equipamento das empresas de estiva ou outras entidades

Artigo 126º - Normas de utilização do equipamento da autoridade portuária

Artigo 127º - Suspensão de trabalhos com equipamento automóvel

SECÇÃO IV - Balanças e básculas

Artigo 128º - Normas de utilização das básculas

Artigo 129º - Pesagens

Artigo 130º - Congestionamento do serviço de pesagens

SECÇÃO V - Ferramentas, aparelhos e utensílios

Artigo 131º - Aluguer de materiais e aparelhos diversos

Artigo 132º - Norma de utilização

Artigo 133º - Identificação e depósito

CAPÍTULO VI - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DIVERSOS

SECÇÃO I - Fornecimentos

Artigo 134º - Fornecimentos

Artigo 135º - Fornecimento de água doce

Artigo 136º - Fornecimento de energia eléctrica

Artigo 137º - Fornecimento de mão-de-obra

SECÇÃO II - Prestação de outros serviços

Artigo 138º - Instalação de telefones a bordo

Artigo 139º - Recolha de lixo

Artigo 140º - Serviços de varagem

Artigo 141º - Serviços diversos

CAPÍTULO VII - VIGILÂNCIA, ACESSO E CIRCULAÇÃO

SECÇÃO I - Vigilância

Artigo 142º - Regime

Artigo 143º - Vigilância

Artigo 144º - Livre acesso

Artigo 145º - Entrada a bordo

SECÇÃO II - Acesso, circulação e estacionamento nas zonas portuárias

Artigo 146º - Pessoas e veículos

Artigo 147º - Circulação e estacionamento

Artigo 148º - Condicionamento de circulação

Artigo 149º - Proibição da circulação de veículos

Artigo 150º - Proibição de estacionamento de veículos

Artigo 151º - Velocidade permitida dentro dos recintos portuários

CAPÍTULO VIII - OCUPAÇÕES E LICENÇAS

Artigo 152º - Utilização de espaços portuários

Artigo 153º - Ocupação

Artigo 154º - Licença

Artigo 155º - Pluralidade de interessados

Artigo 156º - Ajuste

Artigo 157º - Obras

Artigo 158º - Descarga de terras e entulhos

Artigo 159º - Dragagens e lançamento de dragados

CAPÍTULO IX - INTERESSE PORTUÁRIO

Artigo 160º - Noção

CAPÍTULO X – CONTRA-ORDENAÇÕES

Artigo 161º - Infracções ao presente Regulamento

**REGULAMENTO DE EXPLORAÇÃO DOS PORTOS SOB JURISDIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DOS
PORTOS DA TERCEIRA E GRACIOSA, S.A.**

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

SECÇÃO I

Aplicação do Regulamento de Exploração

**Artigo 1º
Objecto e âmbito**

O presente regulamento, elaborado ao abrigo do disposto no artigo 3º do Decreto Legislativo Regional n.º 14/2002/A, de 12 de Abril, estabelece as normas de funcionamento e de exploração económica dos portos comerciais da Praia da Vitória, Angra do Heroísmo e Praia da Graciosa e aplica-se na área de exploração portuária sob jurisdição da Administração dos Portos da Terceira e Graciosa, S.A., que passa também a ser designada por APTG, ou autoridade portuária.

**Artigo 2º
Segurança**

Todas as entidades, ou os seus agentes, enquanto permanecerem na área de jurisdição da APTG, são obrigados a cumprir as normas de segurança ali aplicáveis e o estabelecido nos editais das Capitánias do Porto da Praia da Vitória, Angra do Heroísmo e Praia da Graciosa sobre essa matéria.

**Artigo 3º
Responsabilidades**

- 1- As pessoas ou entidades que utilizem edificações, instalações, terrenos, infra-estruturas ou equipamentos são responsáveis perante a APTG e terceiros, nos termos gerais de direito, pelos danos que causem nesses bens.
- 2- As pessoas ou entidades que frequentem ou utilizem espaços ou instalações do porto devem obediência às instruções dos trabalhadores da APTG ali em serviço e não podem interferir na sua actividade.
- 3- A APTG não é responsável por perdas, danos ou acidentes que sofram todos aqueles que, em serviço ou não, frequentem as áreas portuárias, salvo se os mesmos lhe forem imputáveis nos termos da legislação em vigor.
- 4- A APTG não responde ainda por quaisquer prejuízos decorrentes de paralisações do material que haja cedido, por aluguer, a terceiros.
- 5- A APTG não assume qualquer responsabilidade por perdas, danos, acidentes ou avarias causadas por inobservância das disposições deste regulamento ou por falta de precaução de todos aqueles que, em serviço ou não, frequentem os recintos portuários.

**Artigo 4º
Regulamentos específicos**

Sempre que tal se justifique, a APTG publicará regulamentos específicos para sectores de actividade não contemplados neste regulamento.

**Artigo 5º
Âmbito de aplicação**

- 1- Salvo se legalmente estipulado em contrário, as disposições deste regulamento são aplicáveis em todas as áreas

portuárias, marítimas e terrestres, sob jurisdição da APTG, especialmente nos locais onde se exerçam ou venham a exercer actividades relativas ao movimento de embarcações, de mercadorias e de passageiros, se utilizem cais, pontes-cais, instalações, terrenos ou equipamentos portuários, ou onde se prestem serviços decorrentes dessas actividades.

- 2- Consideram-se áreas de exploração do porto aquelas onde se exercem as actividades referidas no número anterior

Artigo 6º **Autoridades**

- 1- As autoridades que exercem de forma autónoma e directa a sua acção nos portos da Praia da Vitória, Angra do Heroísmo e Praia da Graciosa são a Administração dos Portos da Terceira e Graciosa, S.A., as Capitánias do Porto da Praia da Vitória, Angra do Heroísmo e Praia da Graciosa, as Delegações de Saúde de Angra do Heroísmo, Praia da Vitória e Santa Cruz da Graciosa (Sanidade Marítima) e a Alfândega, a Brigada Fiscal da Guarda Nacional Republicana (GNR) e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), designadas, respectivamente, por autoridade portuária, autoridade marítima, autoridade sanitária e autoridades aduaneiras.
- 2- As funções de cada uma das autoridades referidas no número anterior são exercidas nas áreas de exploração dos portos em apreço e no âmbito das atribuições conferidas por lei, sem prejuízo do dever de colaboração mútuo.

Artigo 7º **Áreas de exploração terrestre**

- 1- As áreas terrestres afectas à exploração do porto são classificadas em:
 - a) Zonas de trabalho;
 - b) Zonas de trânsito;
 - c) Zonas de depósito ou de armazenagem.
- 2- A definição das zonas referidas no número anterior será aprovada pela APTG.

Artigo 8º **Áreas de exploração marítima**

- 1- Para efeitos do presente Regulamento, a área marítima dos portos de Praia da Vitória, Angra do Heroísmo e Praia da Graciosa considera-se dividida em duas zonas, respectivamente:
 - a) Porto artificial;
 - b) Ancoradouro exterior.
- 2- Na área definida como porto artificial é proibido fundear, salvo em situações pontuais, autorizadas caso a caso pelas autoridades competentes e nos termos estabelecidos pelos Editais das Capitánias respectivas.
- 3- No ancoradouro exterior é permitido fundear nos termos e condições também estabelecidos através de Edital.

Artigo 9º **Utilização do porto**

- 1- A utilização do porto, sem prejuízo do cumprimento das normas relativas à utilização dos bens do domínio público do Estado e demais pessoas colectivas públicas ou de outra legislação aplicável, rege-se pelas disposições contidas no presente regulamento, por Editais específicos da Capitania do Porto de Praia da Vitória e por regulamentos complementares aprovados pela APTG.
- 2- Nos termos da lei e dos regulamentos aprovados, coexistem na área de jurisdição da APTG, sob sua coordenação e fiscalização directas, zonas marítimas e terrestres, cais, pontes-cais, terrenos, instalações e edificações utilizadas em regime de concessão, licenciamento, avença, ou outras formas legais ou regulamentares de cedência, por entidades ligadas directa ou indirectamente à actividade portuária, com vista à optimização da exploração económica, conservação e desenvolvimento do porto.
- 3- Os titulares de concessões, licenciamentos, avenças, ou de outras situações de cedência de utilização referidas no número anterior, além de ficarem obrigados ao cumprimento da lei e das cláusulas contratuais, sujeitam-se também às regras e determinações que vigorarem para cada caso ou local específico em que se enquadrem, bem como ao fornecimento de todos os elementos que a APTG lhes solicite relacionados com o objecto constante dos respectivos títulos, salvo disposição legal em contrário.

Artigo 10º
Terminais, instalações especializadas e áreas de utilização condicionada

- 1- Para efeitos do presente regulamento, designa-se por terminal um conjunto de postos de acostagem e de terraplenos a eles afectos, constituindo uma unidade física independente gerida de forma global pela mesma entidade e dispondo de um suficiente grau de autonomia de meios.
- 2- Entende-se por instalação especializada um conjunto de infra-estruturas e equipamentos portuários especialmente vocacionados para o desembarque ou embarque de passageiros transportados por via marítima, ou para a movimentação de determinados tipos de mercadorias e sua eventual armazenagem, quando provenientes do transporte marítimo ou a este destinadas.
- 3- A utilização de terminais e instalações especializadas poderá estar sujeita a regulamentação própria, a aprovar pela APTG.

Artigo 11º
Competências da autoridade portuária

- 1- Salvo disposição legal em contrário, compete à APTG a gestão das áreas portuárias sob sua jurisdição, ou que lhe pertençam, bem como a prestação ou supervisão de todos os serviços relativos à exploração económica do porto e a cobrança das correspondentes taxas.
- 2- Entende-se por “exploração económica do porto” o conjunto de todas as actividades nele desenvolvidas com finalidade comercial, industrial ou de prestação de serviços.
- 3- Sem prejuízo das competências atribuídas por lei a outras entidades, entende-se por “supervisão” todo o acto destinado a autorizar, coordenar, fiscalizar e regulamentar as actividades exercidas na área de jurisdição da APTG relativamente a:
 - a) Obras marítimas e terrestres;
 - b) Equipamento flutuante e terrestre;
 - c) Instalações e infra-estruturas portuárias, do domínio público ou privado;
 - d) Licenciamento e concessão de actividades;
 - e) Utilização de edificações, instalações, terrenos, terraplenos, cais, pontes-cais, planos inclinados, leitos das águas e margens, por embarcações, mercadorias, passageiros e entidades de alguma forma ligadas à actividade portuária;
 - f) Cobrança de taxas relativas a quaisquer actividades ou serviços prestados.
- 4- Dentro da sua área de jurisdição, a APTG tem competência, nomeadamente, para:
 - a) Construir e conservar as obras marítimas e terrestres;
 - b) Adquirir equipamento flutuante e terrestre;
 - c) Autorizar a execução de quaisquer obras ou trabalhos;
 - d) Exercer ou autorizar o exercício de actividades comerciais, industriais ou de serviços;
 - e) Dirigir e coordenar os serviços de navegação;
 - f) Dirigir e coordenar a utilização dos diversos postos de acostagem;
 - g) Prestar serviços de reboque e assistência;
 - h) Licenciar, coordenar e fiscalizar a actividade das empresas de estiva e dos agentes de navegação, nos termos da legislação em vigor;
 - i) Licenciar e regulamentar o exercício das actividades de reparação e fornecimentos aos navios;
 - j) Cobrar taxas relativas a quaisquer actividades ou serviços prestados;
 - k) Zelar pelo cumprimento das leis e regulamentos em vigor e aplicar as sanções neles previstas.
 - l) Compete ainda à APTG, enquanto autoridade portuária, o ordenamento do trânsito nas áreas sob sua jurisdição e respectiva fiscalização, em conformidade com o Código da Estrada e sem prejuízo de competências legalmente atribuídas a outras entidades.

Artigo 12º
Exclusividade

- 1- Compete exclusivamente à autoridade portuária a exploração comercial dos portos, directamente ou através de concessionários ou empresas licenciadas para o efeito.
- 2- O exercício de quaisquer actividades na área de jurisdição da autoridade portuária só pode ser efectuado por esta, por concessionários ou por entidades por si licenciadas.

SECÇÃO II

Normas de aplicação geral

Artigo 13º Sujeição ao regulamento de tarifas

As regras de incidência e valores das taxas devidas pela utilização de instalações e equipamentos e por prestações de serviços, são estabelecidos pelos regulamentos de tarifas em vigor na APTG.

Artigo 14º Requisições à autoridade portuária

- 1- As prestações de serviços e a utilização de equipamentos da APTG serão obrigatoriamente precedidas de requisições efectuadas pelos interessados, em impressos próprios, ou por outros meios em uso no porto, inclusivé os telemáticos.
- 2- Os clientes fornecerão à APTG e manterão actualizada uma relação dos seus representantes ou agentes autorizados a apresentar requisições avulsas e emitirão credencial individual para as situações não contempladas na autorização genérica atrás referida.
- 3- As requisições devem ser correctamente preenchidas e dar entrada nos serviços dentro dos prazos estabelecidos para o efeito, sem o que serão os requisitantes responsáveis pela imperfeita ou impossível satisfação dos serviços pretendidos.
- 4- Os requisitantes respondem pelo pagamento dos serviços pedidos, salvo se os mesmos não forem prestados por motivos imputáveis à APTG.

Artigo 15º Não execução de serviços

- 1- A aceitação de requisição apresentada nos termos previstos não obriga a APTG a satisfazer os pedidos, total ou parcialmente, nas condições, data, hora e local pretendidos, por isso depender do programa global dos serviços a prestar. Deverá, contudo, nesses casos ser o requisitante informado da impossibilidade de satisfação da sua pretensão, com a máxima antecedência possível.
- 2- A APTG poderá recusar a prestação de serviços requisitados, por os considerar injustificados ou por insuficiência de meios. Nestas situações o requisitante não terá direito a qualquer indemnização.
- 3- A APTG poderá não aceitar requisições de clientes que tenham para com ela débitos vencidos, ou sujeitá-los nesses casos a depósito prévio do montante estimado para o valor dos serviços que pretendam requisitar.

Artigo 16º Serviços portuários

- 1- São considerados “serviços portuários” os prestados pela APTG ou por pessoas singulares ou colectivas para esse fim autorizadas ou licenciadas, nas zonas marítimas e terrestres dos portos, às embarcações, aos passageiros e às mercadorias.
- 2- A APTG poderá definir, através de regulamentos específicos, os serviços portuários essenciais a assegurar no porto, em cada terminal ou em cada instalação especializada.
- 3- Os serviços portuários prestados às mercadorias e embarcações designam-se de “operações portuárias”.

Artigo 17º Inspeção e fiscalização

- 1- No exercício das suas funções de fiscalização e coordenação, a APTG poderá intervir nos serviços portuários, sempre que tal se justifique.
- 2- A realização das acções ou actividades previstas no presente Regulamento e em legislação específica não poderá, em caso algum, impedir o livre acesso e o exercício das inspecções, fiscalizações, conferências, vistorias e peritagens por parte das autoridades referidas no nº 1 do artigo 6º, no âmbito das suas competências, ou eventualmente a outras a quem a lei atribua essas funções, desde que exercidas por pessoal devidamente

identificado e credenciado para o efeito.

- 3- A entrada a bordo das embarcações fundeadas ou acostadas e o acesso às instalações e edificações privadas, licenciadas, concessionadas, avençadas ou em qualquer outro regime legal ou regulamentar de cedência serão facultadas ao pessoal da APTG, mediante a exibição de credencial ou do respectivo cartão de identificação, quando no exercício das suas funções.

Artigo 18º **Prestação de informações**

As entidades que utilizem o porto, qualquer que seja o regime ou a qualidade em que o façam, estão vinculadas a prestar todas as informações e a fornecer os elementos estatísticos, dados ou previsões referentes às actividades na área portuária que lhes sejam pedidos pela APTG nos prazos, que para o efeito, lhes forem fixados.

Artigo 19º **Reparação de estragos**

- 1- As reparações de avarias ou danos causados em equipamentos e outros bens portuários serão efectuadas pelos respectivos responsáveis, sob a fiscalização e orientação técnica da APTG e dentro dos prazos que lhes forem fixados por esta.
- 2- Em casos de urgência, incumprimento, deficiente cumprimento ou desinteresse por parte dos responsáveis relativamente às suas obrigações, a própria APTG efectuará a reparação dos estragos, debitando àqueles os encargos inerentes, nos termos que se encontrarem fixados no Regulamento de Tarifas.
- 3- Havendo acordo entre as partes, poderá também a APTG proceder às reparações necessárias ou à substituição do material danificado, cobrando aos responsáveis os correspondentes custos, acrescidos dos encargos adicionais previstos no Regulamento de Tarifas para esses casos.

Artigo 20º **Garantia de pagamento de encargos**

- 1- Sempre que se entenda conveniente para a salvaguarda dos seus interesses, a APTG poderá exigir a cobrança antecipada de serviços ou outros encargos, bem como a prestação de depósito-caução ou de garantia bancária que assegurem o pagamento de quaisquer quantias que lhe possam vir a ser devidas.
- 2- Sem prejuízo da cobrança coerciva, em caso de não pagamento de tarifas, ou outros encargos, dentro dos prazos estabelecidos, a APTG poderá accionar as cauções destinadas a esse fim e suspender os fornecimentos ou prestações de serviços, enquanto não for reconstituída a caução accionada.
- 3- A APTG poderá solicitar às autoridades competentes que não seja concedida autorização de saída a qualquer navio responsável por pagamentos que lhe sejam devidos, enquanto estes não se encontrarem regularizados ou garantidos por caução ou fiança idónea.
- 4- A APTG poderá também impedir a movimentação e saída do porto de mercadorias pertencentes a clientes que se encontrem em situação de incumprimento.

Artigo 21º **Reclamação de facturas**

A reclamação de facturas só é admitida desde que apresentada dentro do prazo nela indicado para pagamento, nos termos do Regulamento de Tarifas.

CAPÍTULO II

EMBARCAÇÕES

SECÇÃO I

Generalidades

Artigo 22º

Horário de funcionamento do porto

- 1- A APTG fixará o horário de funcionamento dos diversos sectores portuários, de acordo com a lei e as condições particulares ou específicas que o determinem.
- 2- Em situações de congestionamento, a APTG poderá determinar que os trabalhos ou operações já anteriormente iniciados, ou em curso, sejam realizados de forma contínua, sem interrupção em nenhum dos períodos do horário normal de funcionamento do porto, sendo sempre os encargos respectivos integralmente suportados pelos requisitantes dos serviços.
- 3- Quando tal se revelar conveniente para o funcionamento do porto, a APTG poderá também determinar a realização de trabalhos fora do horário normal, aplicando as taxas que forem devidas nos termos regulamentares.
- 4- Nos casos de congestionamento previstos nos números 2 e 3, se uma embarcação acostada se recusar a realizar trabalho, a APTG poderá impor a sua desacostagem, ou mudança de posto de acostagem, para dar lugar a outra que deseje realizar trabalho naquelas condições, suportando a embarcação desacostada os encargos consequentes.
- 5- Salvo no caso do número 3, a APTG reserva-se o direito de recusar a prestação de serviços fora do horário normal de funcionamento do porto, sem obrigação de indemnização aos requisitantes.
- 6- As taxas dos serviços prestados e do fornecimento de pessoal em trabalho fora do horário normal, são as estabelecidas no Regulamento de Tarifas.

Artigo 23º

Embarcações

- 1- Consideram-se embarcações todos os engenhos aquáticos de qualquer natureza, incluindo os sem imersão, os hidroaviões, as construções flutuantes com ou sem propulsão, utilizados ou susceptíveis de serem utilizados como meio de transporte sobre água, na reparação naval, na construção de obras marítimas, na pesca e no recreio.
- 2- Para melhor esclarecimento dos casos especiais contemplados no presente regulamento e no regulamento de tarifas, considera-se:
 - a) Embarcação de passageiros – aquela que tenha alojamento para um mínimo de 24 passageiros;
 - b) Embarcação de contentores ou porta-contentores – aquela que transporta exclusivamente contentores;
 - c) Embarcação roll-on/roll-off ou ro-ro – aquela que permite que a entrada e saída de mercadorias, entre o cais e a embarcação, e vice-versa, se faça directamente por meio de veículos com rodas;
 - d) Embarcação de pesca – aquela que é utilizada na indústria extractiva da pesca, para captura de espécies ictiológicas, de plantas marinhas ou de outros recursos vivos do mar;
 - e) Embarcação de recreio – aquela que se emprega nos desportos náuticos, na pesca desportiva ou em simples entretenimento, sem quaisquer fins lucrativos para os seus utentes ou proprietários;
 - f) Navios-tanques – aqueles que transportam exclusivamente combustíveis líquidos e gasosos;
 - g) Navios graneleiros – aqueles que transportam cereais e cimento como única carga;
 - h) Navios de carga geral – aqueles que transportam diversos tipos de carga;
 - i) Navios cruzeiro – aqueles que transportam exclusivamente passageiros em viagem de turismo;
 - j) Embarcação marítimo-turística – a que é explorada com fins lucrativos ou de promoção turística no desenvolvimento de actividades de aprazimento, desportivas, culturais e de ensino;
 - k) Embarcação de tráfego-local – a que se encontra registada na Capitania local em regime de tráfego local.
 - l) Embarcação auxiliar costeira – a que se encontra registada na Capitania local como destinada à extracção de areias ou outro tipo de extracção em áreas predeterminadas pelas autoridades competentes.
- 3- A classificação das embarcações não referidas no número anterior, quanto ao serviço a que se destinam e às zonas em que exercem a sua actividade, é a que consta do Regulamento Geral das Capitánias.

Artigo 24º
Arqueação e parâmetros caracterizadores

1. Para efeitos do presente Regulamento considera-se:
 - a) «Arqueação bruta» a medida da dimensão global de um navio nos termos da Convenção Internacional sobre a Arqueação de Navios.
 - b) «Arqueação bruta reduzida» a arqueação bruta de um navio petroleiro deduzida da arqueação dos tanques de lastro segregado.
 - c) Deslocamento - o peso total da embarcação expresso em toneladas métricas e que equivale ao peso do volume de água que a carena desloca, considerando-se, no caso dos navios de guerra de superfície, o seu deslocamento máximo, e nos submersíveis, o seu deslocamento de imersão;
 - d) Porte bruto (Gross deadweight) - o peso máximo de carga, passageiros e sua bagagem, combustíveis, água, mantimentos e sobressalentes, expresso em toneladas métricas, e que corresponde à diferença entre o peso da embarcação carregada e o peso da embarcação leve;
 - e) Porte líquido (Net deadweight) - o peso máximo de carga e passageiros que, expresso em toneladas métricas, a embarcação pode transportar.
2. A tonelagem dos navios de guerra é a do deslocamento normal e nos submersíveis é a de imersão, mencionadas na documentação de bordo ou nos planos respectivos, salvo se for exibido certificado de arqueação, caso em que prevalecerão as indicações constantes deste documento.
3. A tonelagem das embarcações construídas ou transformadas em estaleiros locais e ainda não registadas será a constante do referido projecto.

Artigo 25º
Agentes de navegação, armadores e transportadores marítimos

- 1- A actividade dos agentes de navegação rege-se pelo disposto na legislação portuguesa em vigor.
- 2- Consideram-se agentes de navegação as sociedades comerciais regularmente constituídas para a prática das actividades relacionadas com o agenciamento e consignação de embarcações, conforme expressas na lei, e em cada agenciamento aptas a fazer prova de representarem o armador ou o transportador marítimo respectivo.
- 3- Para efeitos do presente Regulamento, entende-se que todas as referências a armadores ou transportadores marítimos abrangem, igualmente, fretadores, afretadores, conferências e companhias marítimas, bem como os proprietários das embarcações que as não explorem directamente, podendo as entidades anteriormente referidas ser representadas perante a APTG, pelos agentes de navegação devidamente credenciados para o efeito.
- 4- Nos portos da Praia da Vitória, Angra do Heroísmo e Praia da Graciosa apenas podem exercer a actividade de agente de navegação as sociedades comerciais titulares de licença concedida pela APTG, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 26º
Responsabilidades dos agentes de navegação

O agente de navegação responde pelas importâncias devidas à APTG decorrentes da utilização do porto pelas embarcações agenciadas, pelos fornecimentos e serviços prestados ou a prestar a estas e por outros encargos relativos a serviços por si requisitados.

Artigo 27º
Comandantes de embarcações

- 1- O comandante é a pessoa que, devidamente habilitada para esse efeito, esteja encarregada do comando e da condução e expedição da embarcação.
- 2- Os comandantes das embarcações têm a faculdade de se fazerem representar em todos os actos e formalidades conexos com o expediente portuário, pelos respectivos armadores ou seus agentes.

SECÇÃO II

Acostagem e desacostagem das embarcações

Artigo 28º

Aviso de chegada

- 1- As embarcações e navios que pretendam escalar o porto ou utilizar cais comerciais deverão transmitir aos serviços competentes da autoridade portuária todas as informações pelas quais seja possível tomar conhecimento preciso das operações previstas e dos meios necessários para a realização das mesmas, por meio de documentos próprios ou através de sistema informático utilizado para esse fim, em horários e com antecedências mínimas a divulgar, por forma a ser-lhes proporcionada a devida assistência e o rápido desembarço. Relativamente à navegação comercial serão obrigatoriamente fornecidas, entre outros elementos previstos nos formulários a preencher, as informações seguintes:
 - a) Nome e número IMO do navio ou embarcação;
 - b) Respectivo agente ou outro representante legal aceite pela autoridade portuária;
 - c) Datas e horas previsíveis de chegada (ETA) e de saída (ETD);
 - d) Tipo de navio, arqueação bruta (GT), em unidades de arqueação, porte (DWT), comprimento, boca e calados máximo e previstos à chegada e à saída, meios auxiliares de manobra, potência de máquina e outras informações que digam respeito a anomalias que possam afectar a manobrabilidade da respectiva embarcação;
 - e) Portos de escala anteriores e seguintes. Quanto aos navios abrangidos pelo ISPS (Code), é obrigatória a informação dos últimos 10 portos de escala, bem como a informação dos níveis de segurança.
 - f) Objectivos da escala;
 - g) Declaração das mercadorias perigosas (Hazmat);
 - h) Passageiros a embarcar, desembarcar e em trânsito;
 - i) Tripulantes a desembarcar ou embarcar;
 - j) Passageiros clandestinos;
 - k) Anomalias que o navio apresenta;
 - l) Havendo lugar à realização de operações comerciais, a natureza e quantidade das mercadorias a movimentar, em toneladas métricas e unidades de carga, se for o caso, bem como os nomes das empresas de estiva responsáveis pelas operações portuárias, os portos de origem/destino das cargas e os respectivos importadores/exportadores. Tratando-se de tráfego de passageiros, será indicado o número de passageiros a desembarcar e/ou embarcar e respectivas origens/destinos;
 - m) Cais e postos de acostagem preferenciais;
 - n) Todos os esclarecimentos necessários à correcta avaliação das operações a realizar durante a escala e à disponibilização dos meios que se revelem mais adequados.
- 2- Sempre que haja alterações de quaisquer elementos previamente fornecidos, será pelas vias mais expeditas dado imediato conhecimento das mesmas aos serviços interessados.
- 3- Os prejuízos de qualquer natureza que advenham de erradas informações serão da inteira responsabilidade da entidade que as prestou.
- 4- Não necessitam de cumprir as formalidades referidas no número 1 as embarcações de pesca costeira e de recreio, quando apenas pretendam utilizar instalações portuárias especializadas ou dedicadas a essas actividades e não necessitem de atracar nos cais comerciais.

Artigo 29º

Acesso, entrada, navegação e saída do porto

- 1- As embarcações que pretendam demandar o porto terão de cumprir as normas impostas pelas autoridades portuárias, marítimas, aduaneiras e sanitárias.
- 2- A chegada ao porto e a largada do mesmo registam-se quando as embarcações transpõem a linha que limita a área obrigatória de pilotagem, respectivamente num sentido ou no noutro.
- 3- A entrada e saída do porto interior verificam-se quando as embarcações transpõem o farolim da ponta do molhe, num ou noutro sentido, respectivamente.
- 4- A pilotagem é obrigatória, nos termos da legislação em vigor, e de acordo com o que se encontrar regulado pela

autoridade marítima competente.

Artigo 30º
Requisição de serviços

- 1- Para a realização dos serviços de movimentação dos navios, os agentes de navegação devem requisitá-los aos serviços competentes, através dos meios em uso no porto, inclusive telemáticos, dentro dos prazos que forem fixados pela APTG e com a indicação precisa das datas e horas em que seja pretendida a respectiva execução.
- 2- Na hipótese de o serviço requisitado não vir a ser necessário, ou ter de ser alterado, os agentes de navegação deverão cancelar ou alterar os pedidos formulados, com recurso aos mesmos meios referidos, sendo considerados os prazos e condições previstos no Regulamento de Tarifas para esse efeito.

Artigo 31º
Ancoradouros exteriores

- 1- O estacionamento de embarcações em ancoradouros do porto carece de prévia autorização a conceder, caso a caso, pela autoridade portuária.
- 2- Os comandantes das embarcações fundeadas não podem pôr as máquinas fora de serviço, sem prévia autorização da autoridade portuária.

Artigo 32º
Postos de acostagem

- 1- A APTG atribuirá os postos de acostagem das embarcações em função dos respectivos tipos e características, do seu comprimento e calado, da natureza das operações a realizar no porto, do equipamento considerado necessário para essas operações, das áreas de armazenagem disponíveis e de outros factores que se entenda deverem ser tidos em conta.
- 2- Em casos especiais, quando as condições de segurança o permitam, a APTG poderá autorizar a acostagem de uma embarcação por fora de outra já acostada ao cais.

Artigo 33º
Ordem de acostagem das embarcações

Salvo o disposto no artigo seguinte, as embarcações acostarão pela ordem da sua chegada ao porto, sem prejuízo de, por razões de interesse portuário ou outros devidamente reconhecidos, ser justificada a alteração dessa ordem.

Artigo 34º
Prioridades de acostagem

- 1- Terão prioridade de acostagem e de realização de operações comerciais, em relação às outras embarcações e pela ordem a seguir indicada:
 - a) As embarcações que, por reconhecido interesse público, a APTG entenda deverem atracar com preferência sobre todas ou algumas das outras;
 - b) As embarcações que, por motivo da sua segurança ou da sua tripulação, ou por motivo de terem de desembarcar náufragos, sinistrados ou doentes, a autoridade marítimas entenda deverem ser imediatamente atracadas;
 - c) As embarcações de passageiros, com vinte e quatro ou mais passageiros em trânsito, ou que tenham para desembarcar ou embarcar, pelo menos, este número;
 - d) Embarcações destinadas exclusivamente a cais especializados, e unicamente nestes;
 - e) Embarcações que transportem e pretendam desembarcar gado vivo ou alimentos perecíveis;
 - f) Embarcações roll-on/roll-off ou porta-contentores, quando efectuem movimentos de carga ou descarga.
- 2- As embarcações que acostem a cais especializados para os quais não tenham prioridade serão obrigadas a mudar de cais ou mesmo a fundear, caso não haja cais disponível, a favor das que tenham essa prioridade.
- 3- Entre navios do mesmo armador, recebedor ou carregador, a prioridade pode ser alterada se assim for solicitado e os serviços da APTG entenderem não haver nisso inconveniente.
- 4- Entre navios de diferentes armadores, recebedores ou carregadores, a prioridade pode ser alterada, por acordo

entre os interessados, a seu pedido e sob declaração expressa de aceitação, desde que os serviços da APTG entendam não haver nisso inconveniente ou prejuízo para terceiros.

- 5- Em situações de congestionamento e sempre que o interesse do porto imponha solução diversa, a ordem de acostagem estabelecida no Artigo anterior poderá ser alterada pelos serviços competentes da APTG, por forma a que, com essa medida, seja permitido um mais rápido desembarço dos navios que aguardam a realização de operações comerciais, designadamente quando condições de tempo e mar adversas, comprimentos ou calados das embarcações em espera condicionem a fluidez desejada.
- 6- Quando o interesse do porto imponha uma solução diversa das previstas nos números anteriores, será o assunto resolvido pela Administração da APTG.

Artigo 35º

Obrigatoriedade de acostagem

- 1- É obrigatória a acostagem aos cais de todas as embarcações que demandem o porto para a realização de operações comerciais, desde que estejam em condições de as efectuar.
- 2- Apenas em casos justificados e com a prévia anuência da autoridade portuária, poderá ser dispensada a acostagem aos cais para a realização de operações comerciais.

Artigo 36º

Operações de acostagem

- 1- A acostagem de embarcações só pode realizar-se nos locais a esse fim destinados pela autoridade portuária.
- 2- As operações de acostagem devem ser efectuadas de forma a que não sejam causados danos nos cais ou equipamentos do porto, obrigando-se para tanto, os comandantes das embarcações a tomarem as precauções necessárias, nomeadamente a manter os guinchos de vante e de ré prontos a servir, a recolher os turcos, salvavidas, paus de carga, pórticos e outros aparelhos de movimentação da carga, escadas de portaló e âncora do lado que vai acostar.
- 3- É obrigatória a utilização de defensas na acostagem aos cais, competindo ao comandante ou representante da embarcação, quando as defensas existentes nos locais forem consideradas insuficientes para a protecção da embarcação ou do próprio cais, promover a instalação das unidades que julgar necessárias, não servindo a falta desse equipamento de justificação para quaisquer danos causados nas obras dos cais de acostagem.
- 4- No caso de acostagem a outras embarcações deverão ser tomadas medidas iguais às referidas no número anterior.
- 5- A APTG não é, em caso algum, responsável por eventuais avarias sofridas pelas embarcações devido a estas estarem acostadas aos cais, com ou sem defensas, ou a outras embarcações.
- 6- Nas operações de acostagem das embarcações é obrigatória a presença a bordo dos respectivos comandantes.
- 7- Se as condições de tempo ou mar forem susceptíveis de porem em perigo a própria embarcação, as instalações portuárias ou terceiros, o comandante da embarcação deverá tomar todas as providências que se revelem necessárias, atendendo especialmente às acções das embarcações sobre os cais, guindastes, cabeços de amarração e defensas e a vigilância de tensão das amarras nos diferentes estados de carga e de tempo.
- 8- As embarcações que transportem mercadorias perigosas ou matérias radioactivas, em trânsito ou para descarga, só poderão ser autorizadas a acostar após parecer favorável da autoridade marítima.
- 9- As embarcações que utilizem energia nuclear só poderão ser autorizadas a acostar após parecer técnico favorável, emitido pela autoridade marítima.
- 10- As embarcações referidas nos números 8 e 9 ficarão obrigadas a tomar todas as medidas para a protecção do pessoal interveniente nas manobras e nas operações de descarga, carga ou vigilância, e a cumprir as normas de segurança em vigor no porto e aplicáveis a cada caso, devendo as mesmas ser mantidas permanentemente em condições de desacostar.

Artigo 37º

Perda de posição de acostagem

- 1- As embarcações chegadas ao porto que, tendo lugar nos cais, não tencionem começar a trabalhar imediatamente, perdem a sua posição a favor de outras que o pretendam fazer.
- 2- Sempre que se verifique haver embarcações à espera de vez para acostar, poderá ser determinada a desacostagem ou mudança de posto de acostagem às embarcações acostadas que interrompam operações comerciais ou não utilizem todos os períodos consecutivos do horário normal de trabalho do porto para realização das mesmas, dando lugar a outras que o pretendam fazer.

- 3- As embarcações desacostadas nos termos do número anterior tomarão lugar à cabeça da fila de espera na altura existente, pela ordem da sua chegada ao porto, cabendo a cada uma custear os encargos resultantes das respectivas movimentações.

Artigo 38º

Competência para autorizar acostagens, desacostagens e mudanças de cais

- 1- Nenhuma embarcação poderá acostar ou desacostar sem prévia autorização da autoridade portuária.
- 2- Os locais de acostagem serão fixados pela autoridade portuária em função das características das embarcações, respectivos comprimentos e calados, fundos dos cais, natureza das mercadorias a movimentar, equipamentos a utilizar, locais de estacionamento das cargas e outros factores que se entendam por conveniente considerar.
- 3- A APTG poderá determinar a desacostagem ou a mudança de posto de acostagem a qualquer embarcação, sempre que o interesse do porto assim o imponha.
- 4- O não cumprimento do estabelecido nos números anteriores, justificará o recurso a meios coercivos por parte da APTG.
- 5- Quando da inobservância do estabelecido nos números 1 e 2 resultarem prejuízos para terceiros serão os mesmos imputáveis à embarcação em falta.
- 6- Não carecem da autorização prevista no número 1 as embarcações de tráfego local e embarcações auxiliares locais, até 950 GT, os rebocadores em serviço corrente no porto e as embarcações de pesca até 100 GT, quando utilizem instalações a elas especificamente destinadas.
- 7- A acostagem das embarcações referidas no número anterior em locais distintos dos que se lhes encontram destinados poderá ser objecto de autorização temporária a conceder pela APTG, quando haja alternativa disponível e sem prejuízo da prioridade devida às embarcações de longo curso que escalem o porto para a realização de operações comerciais.

Artigo 39º

Marcação de saída

Depois de acordada com os serviços portuários a hora de início da manobra de desacostagem de um navio, os respectivos agentes deverão, impreterivelmente, confirmá-la pelos meios mais expeditos e com a antecedência indispensável.

Artigo 40º

Atrasos verificados no início das manobras

- 1- Se as manobras não se iniciarem à hora marcada e confirmada pelos serviços do porto haverá lugar à aplicação de taxas agravadas ou de penalizações, nos termos previstos no Regulamento de Tarifas.
- 2- Se as manobras não puderem ser iniciadas à hora fixada por circunstâncias não imputáveis ao navio, o mesmo será avisado com a antecedência possível, não sendo então aplicáveis os agravamentos previstos no Regulamento de Tarifas.

Artigo 41º

Navegação e manobras

A navegação e as manobras das embarcações dentro do porto serão efectuadas de acordo com as instruções e normas de segurança que, em cada momento, se encontrarem determinadas pela autoridade portuária.

Artigo 42º

Obrigações das embarcações

- 1- As embarcações devem manter a bordo o número de tripulantes que permita a realização de quaisquer manobras que se tornem necessárias.
- 2- Sempre que do não cumprimento do disposto no número anterior resulte o impedimento ou dificuldades na execução de manobras eventualmente impostas pela autoridade portuária, por razões de segurança, de desembarço normal do porto ou outras, e daí resultem prejuízos para a APTG ou para terceiros, a responsabilidade pelos mesmos será imputada aos armadores dessas embarcações.
- 3- As embarcações não podem efectuar experiências de máquinas enquanto estiverem acostadas, sem prévia

autorização das autoridades portuária e marítima.

- 4- As embarcações atracadas são obrigadas a colocar uma escada ou prancha de acesso a terra, em boas condições de segurança, sempre que as condições existentes no posto de acostagem não incluam essa facilidade. Quando fora do cais, o embarque e o desembarque devem ser facilitados por meio de escada de quebra-costas ou portaló, conforme o que for mais adequado.
- 5- As embarcações devem manter no convés um tripulante de vigia.

Artigo 43º

Quando se considera acostada ou desacostada uma embarcação

- 1- Uma embarcação considera-se acostada ao cais ou a outra estrutura de atracação (ainda que se trate de outra embarcação), a partir do momento em que se encontrar passado o último cabo de amarração e colocada a escada de portaló.
- 2- Uma embarcação considera-se desacostada a partir do momento em que é largado o último cabo de amarração ao cais ou a outra estrutura de atracação.

Artigo 44º

Embarcações prolongadas

Em casos especiais e desde que as condições de segurança o permitam, poderão os serviços do porto, depois de obtida a concordância da autoridade marítima e dos comandantes das embarcações envolvidas, autorizar a acostagem de uma embarcação por fora de outras já acostadas aos cais.

Artigo 45º

Embarcações arribadas

- 1- São consideradas arribadas as embarcações que entrem no porto, em situação de emergência, pelos motivos seguintes:
 - a) Avaria, incêndio a bordo ou água aberta;
 - b) Aguada;
 - c) Embarcar mantimentos, sobressalentes, lubrificantes ou abastecer de combustível;
 - d) Desembarcar doentes, feridos ou náufragos;
 - e) Desembarcar tripulantes ou passageiros falecidos a bordo;
 - f) Deslocação da carga que transportem;
 - g) Mau tempo.
- 2- As embarcações arribadas acostarão aos cais que lhes forem destinados pela autoridade portuária, a quem competirá o estabelecimento de eventuais prioridades, devendo neles permanecer apenas durante o período estritamente necessário ao tratamento das situações que justificaram a entrada no porto.
- 3- Têm prioridade de acostagem as embarcações arribadas para o desembarque de doentes, feridos e náufragos ou para a correção da estiva de carga.
- 4- As embarcações arribadas que pretendam também realizar operações comerciais ficam sujeitas às disposições regulamentares e regras gerais de prioridade, a partir do momento em que cesse a causa da arribada.
- 5- Não poderá manter-se acostada uma embarcação que corra perigo de afundamento, devendo a mesma ser deslocada para local a fixar pela autoridade marítima de forma a que o afundamento não venha a prejudicar a exploração comercial do porto ou a navegação no mesmo.

Artigo 46º

Embarcações em reparação

- 1- As embarcações que pretendam realizar trabalhos de reparação acostados a cais públicos não licenciados ou concessionados para esse efeito, necessitam de autorização prévia, a solicitar através dos meios aceites pela APTG.
- 2- Só poderão ser considerados pedidos para reparações previamente autorizadas pela autoridade marítima.
- 3- Os pedidos referidos no número 1 serão sempre instruídos com os correspondentes pareceres da autoridade marítima e os planos de trabalhos estabelecidos.

- 4- Compete à APTG a atribuição dos locais para acostagem das embarcações a reparar, bem como o estabelecimento de condições a respeitar durante a realização dos trabalhos.
- 5- Conforme o tipo de reparação e o local onde terá lugar a intervenção, poderá ser exigida pela APTG, antes do início e durante a reparação, a apresentação de certificados de desgaseificação, de permissão de trabalho a fogo nú ou outros que garantam a não poluição ou contaminação do meio ambiente e salvaguardem o risco de explosão ou incêndio, emitidos por entidades competentes e reconhecidas para tal pelas autoridades marítima e portuária.
- 6- As empresas reparadoras designarão um técnico especializado em matéria de segurança no trabalho e prevenção de acidentes, a quem caberá nessa área a responsabilidade pelo acompanhamento directo dos trabalhos, e afectarão a estes o material de combate a incêndios adequado a uma eficiente primeira intervenção em caso de deflagração, bem como outros meios de segurança exigíveis, sendo as mesmas responsáveis por todos os danos ou acidentes resultantes das actividades que venham a desenvolver.
- 7- Eventuais alterações aos planos de trabalhos previstos ou a necessidade de trabalhos adicionais obrigam sempre a novos pedidos de autorização.
- 8- Sempre que se verifique não estarem a ser cumpridos os planos de trabalhos previamente autorizados ou a não ser observado o disposto no número 6, a APTG informará a autoridade marítima desse facto, podendo ordenar a imediata suspensão dos trabalhos e a desacostagem da embarcação até à obtenção de nova autorização para a realização dos mesmos, sendo da responsabilidade de empresa reparadora os encargos e prejuízos que daí resultarem.
- 9- Procedimento idêntico ao referido no número anterior será seguido sempre que se verifique a realização de reparações em embarcações sem que para tal estejam autorizadas, sem prejuízo da adopção de outras medidas que a APTG entenda por convenientes para prevenir a ocorrência de tal situação.
- 10- Não são permitidas decapagens e pinturas que provoquem a contaminação do meio ambiente, nem ruídos a níveis superiores aos permitidos pelas entidades competentes.
- 11- É expressamente proibido o lançamento ou despejo nas águas do porto e o abandono nos cais de quaisquer substâncias residuais, águas contaminadas, produtos petrolíferos ou ácidos, bem como de detritos nocivos, misturas e lixos ou outras matérias resultantes ou não da execução dos trabalhos de reparação.
- 12- Quando não se verificar a conclusão dos trabalhos de reparação e não havendo motivos atendíveis para o prolongamento de tal período de reparação, poderão ser aplicadas coimas, de acordo com o estabelecido no capítulo X do presente regulamento.
- 13- No caso de pretender prolongar a sua estadia, o navio reparado só o poderá fazer com a prévia autorização da APTG, ficando sujeito às prioridades de acostagem estabelecidas no artigo 34.º do presente regulamento.

Artigo 47º

Embarcações de recreio

- 1- Consideram-se embarcações de recreio as utilizadas nos desportos náuticos ou em simples lazer, sem fins lucrativos e de acordo com a classificação atribuída pela autoridade marítima.
- 2- A recepção das embarcações de recreio estrangeiras, ou provenientes do estrangeiro, será efectuada em local estabelecido pela APTG para aí serem objecto dos actos e formalidades a cargo das diversas autoridades.
- 3- As restantes embarcações de recreio utilizarão as docas de recreio existentes ou outras instalações específicas a elas destinadas.
- 4- As embarcações de recreio que, pelas suas dimensões ou outras razões justificadas, fiquem impedidas de utilizar as instalações referidas no número anterior, poderão ser autorizadas a permanecerem noutros locais do porto, nas condições regulamentares estabelecidas para as embarcações comerciais.

Artigo 48º

Embarcações que não estejam a efectuar operações

1. Terminadas as suas operações, as embarcações deverão ter a sua desacostagem concluída 1 hora após o fim daquelas, sob pena de lhes ser aplicada a Tarifa de Estacionamento respectiva estabelecida no Regulamento de Tarifas, sem prejuízo do princípio estabelecido no número 3 deste artigo ou das demais responsabilidades da embarcação perante terceiros.
2. Os Serviços de Exploração da APTG poderão, excepcionalmente, autorizar uma dilatação dos prazos estabelecidos no número anterior, desde que seja formulado pedido prévio, devidamente justificado, e no caso de não resultarem prejuízos para o porto ou para terceiros.

3. As embarcações que, concluídas as suas operações, necessitem de permanecer acostadas para certas operações, tais como abastecimento próprio, reparação ou qualquer outro motivo devidamente justificado deverão solicitar, com antecedência, autorização aos Serviços de Exploração da APTG, mas neste caso a embarcação poderá ser mudada para outro local mais conveniente aos interesses do porto, suportando os encargos com a sua mudança.
4. Qualquer embarcação que pretenda acostar sem efectuar operações, só será autorizada desde que haja cais livres e que não resulte prejuízo para outras embarcações, devendo desacostar logo que se verifique esta situação.

Artigo 49º

Desacostagem de uma embarcação sem terminar as suas operações

- 1- Quando uma embarcação mudar de cais a fim de continuar a sua descarga ou carga sem que no intervalo tenha ficado fundeada, a sua acostagem será considerada seguida.
- 2- Uma embarcação que interrompa as operações e permaneça fundeada no ancoradouro exterior do porto, voltando a acostar posteriormente dentro da mesma contramarca fiscal para completar o seu movimento, ficará sujeita ao pagamento da taxa de uso de ancoradouro aplicável, durante o tempo em que se encontrar nessa situação.
- 3- Quando uma embarcação interromper as operações dentro da mesma contramarca fiscal e fundear fora do porto, voltando posteriormente a acostar para completar o seu movimento, por interesse próprio, o período de ausência interromperá a aplicação das taxas portuárias, considerando-se para efeitos tarifários cada entrada no porto como uma nova escala.

Artigo 50º

Desacostagem e mudança de posto de acostagem

- 1- A desacostagem das embarcações que tenham terminado as suas operações deve processar-se imediatamente a seguir ao respectivo termo, com um limite de tolerância de 1 hora, salvo se a APTG autorizar o alargamento desse período, a pedido do comandante ou agente da embarcação, apresentado com uma antecedência mínima de duas horas.
- 2- Quando não seja concedida a autorização referida no número anterior, a APTG poderá indicar local de acostagem alternativo que se encontre disponível, sendo nesse caso a mudança efectuada por conta do armador e dentro do prazo estabelecido.
- 3- Quando as condições de tempo ou do mar forem susceptíveis de pôr em risco as embarcações, as instalações ou os equipamentos do porto ou de terceiros, os comandantes devem tomar as necessárias providências, podendo proceder à desacostagem e permanecer ao largo até que deixem de verificar-se aquelas condições, com a obrigatoriedade de alerta e informação imediata do facto às autoridades marítima e portuária.

Artigo 51º

Operações de desacostagem

- 1- As operações de desacostagem devem ser efectuadas de forma a que não sejam causados danos nos cais ou equipamentos do porto, obrigando-se para tanto os comandantes das embarcações a tomar todas as precauções necessárias.
- 2- Nas operações de desacostagem das embarcações é obrigatória a presença a bordo dos respectivos comandantes.

Artigo 52º

Obrigatoriedade de boa produtividade

- 1- Todas as embarcações que se encontrem a realizar operações comerciais e disponham dos meios de trabalho normais ficam obrigadas a obter rendimentos considerados aceitáveis pela APTG.
- 2- Quando não forem cumpridos os rendimentos mínimos aceitáveis pela APTG para a realização das operações, por motivos injustificados ou a si alheios, esta poderá determinar a imposição de realização de trabalho para além dos períodos requisitados ou mesmo a desacostagem ou mudança de posto de acostagem das embarcações, sendo as despesas e lucros cessantes resultantes de tais ocorrências, imputáveis aos armadores ou transportadores marítimos.
- 3- As embarcações retiradas do cais nos termos do número anterior, terão direito a tomar lugar à cabeça da fila de espera na altura existente, pela ordem da sua chegada ao porto, a partir do momento em que seja demonstrada a existência de condições que possam garantir a obtenção dos rendimentos exigíveis após a retoma das operações interrompidas.

SECÇÃO III

Serviço de Pilotagem

Artigo 53° Assistência de pilotos

- 1- As manobras das embarcações que demandem o porto, na entrada, saída, acostagem, desacostagem, mudança de local de acostagem, fundear ou executar qualquer outra movimentação dentro do porto, serão assistidas por pilotos, nos termos da legislação aplicável e do Edital da autoridade marítima que regula esta matéria.
- 2- Estão isentas da obrigatoriedade de recurso aos serviços de pilotagem:
 - a) As embarcações da Armada e auxiliares de marinha, nacionais;
 - b) As embarcações de navegação costeira nacional ou outras que estejam temporariamente autorizadas a operar nesse tráfego, pertencentes à autoridade portuária ou ao seu serviço;
 - c) As embarcações de tráfego local até 950 GT, rebocadores locais e embarcações locais auxiliares ou outras que estejam temporariamente autorizadas a exercer a sua actividade na área local, com arqueação inferior ao limite a definir pelo Conselho de Administração da APTG;
 - d) As embarcações afectas a trabalhos portuários, no decurso dos mesmos;
 - e) As embarcações de pesca local e costeira;
 - f) As embarcações de recreio.
- 3- As embarcações referidas no número anterior, com excepção das referidas nas alíneas e) e f), devem dar conhecimento à autoridade portuária, por contacto com o serviço de coordenação do tráfego portuário, dos movimentos que pretendam efectuar dentro da área de pilotagem obrigatória. As embarcações referidas nas alíneas e) e f) devem certificar-se de que não constituem obstáculo à normal navegação portuária e, em caso de dúvida, devem procurar o contacto com o referido serviço de coordenação de tráfego.
- 4- Para a prestação do serviço, os serviços de pilotagem utilizarão embarcações identificadas de acordo com as normas em vigor, assim como os equipamentos de comunicações e de protecção individual adequados.

Artigo 54° Movimentos e manobras

- 1- A prestação do serviço de pilotagem compreende vários movimentos e manobras, conforme descritos e definidos no número seguinte, os quais poderão ser agrupados de forma a constituírem diversos conjuntos de operações ou pacotes de serviços.
- 2- A pilotagem consiste nos movimentos e manobras a seguir referidos:
 - a) Navegação de entrada, de saída e no interior dos portos:
 - i) Navegação de entrada no porto é o movimento efectuado pela embarcação desde a sua entrada nos limites da área de pilotagem obrigatória até ao local de permanência no interior do porto;
 - ii) Navegação de saída do porto é o movimento efectuado pela embarcação desde o local de permanência no interior do porto até à sua saída dos limites da área de pilotagem obrigatória;
 - iii) Navegação no interior do porto é o movimento efectuado pela embarcação dentro dos limites do porto, entre locais de permanência.
 - b) Navegação para experiências de máquinas ou outros equipamentos, provas de velocidade, compensação e calibração de equipamentos, que consiste no movimento efectuado desde o momento em que a embarcação inicia uma ou mais daquelas operações até que as termina;
 - c) Manobras de fundear ou suspender:
 - i) Manobra de fundear é a que se inicia com a aproximação ao ancoradouro e termina logo que o navio tenha aguentado ferro;
 - ii) Manobra de suspender é a que se inicia com o virar da amarra e termina logo que o ferro esteja devidamente peado.
 - d) Manobras de atracar e de largar:
 - i) Manobra de atracar é a que se inicia com a aproximação da embarcação ao local de atracação e termina logo que estejam os cabos com volta;
 - ii) Manobra de largar é a que se inicia com o largar do primeiro cabo e termina logo que se largue o último, ou o ferro ou ferros fiquem devidamente peados.

- e) Manobras de rocegar amarras, ferros e outros objectos, que se iniciam com a aproximação da embarcação ao local da rocega e terminam com a recolha do objecto a rocegar ou com a desistência do serviço;
- f) Manobras de fundear e suspender a dois ferros:
 - i) Manobra de fundear a dois ferros é a que se inicia com a aproximação da embarcação ao ancoradouro e termina logo que a mesma tenha aguentado aos ferros;
 - ii) Manobra de suspender a dois ferros é a que se inicia com o virar do primeiro ferro e termina logo que ambos fiquem devidamente peados.
- g) Manobras de tirar voltas a amarras, que se iniciam com o clarear das amarras e terminam logo que os ferros fiquem prontos a largar;
- h) Manobras de amarrar e desamarrar a bóias:
 - i) Manobra de amarrar a bóias é a que se inicia com a aproximação e termina logo que o último cabo ou amarra tenha volta;
 - ii) Manobra de desamarrar de bóias é a que se inicia com o largar do primeiro cabo ou amarra e termina com o largar do último cabo ou amarra.
- i) Manobra de correr ao longo do cais ou de outra estrutura de atracação sem perda de contacto é a que se inicia com o laborar do primeiro cabo e termina logo que todos os cabos estejam com volta.

Artigo 55º
Requisição dos serviços

- 1- A requisição dos serviços de pilotagem será efectuada nos termos estabelecidos nas normas de aplicação geral do presente Regulamento e no Regulamento de Tarifas da APTG, para além do disposto no número seguinte.
- 2- Em portos que não possuam serviços de pilotagem permanente, as requisições para serviço de pilotagem deverão ser efectuadas em dias úteis, com a antecedência mínima de 72 horas.

Artigo 56º
Embarque e desembarque do piloto

- 1- Nas entradas e saídas do porto, o piloto embarca e desembarca nos limites estabelecidos pela legislação aplicável.
- 2- Assiste ao piloto o direito de recusar a pilotagem quando a embarcação a pilotar constitua perigo para a segurança da navegação ou para o ambiente marinho, ou ainda quando se verifique o incumprimento por parte do comandante da embarcação das condições a que se encontra obrigado pelo presente Regulamento.
- 3- Qualquer recusa com base no número anterior deve ser imediatamente comunicada superiormente, de forma verbal, e posteriormente por escrito, acompanhada da respectiva fundamentação.
- 4- Sempre que as condições do tempo e mar não permitam o embarque do piloto nos limites estabelecidos, em condições de segurança, a condução da embarcação pode ser realizada por pilotagem assistida à distância, se a mesma for aceite pelo comandante da embarcação e desde que sejam cumpridos os requisitos de segurança considerados adequados. A pilotagem assistida à distância será praticada pelo serviço de pilotagem do porto, a partir de uma posição exterior à embarcação, até um local que permita o embarque do piloto.
- 5- O piloto pode embarcar ou desembarcar noutra porto, mediante pedido fundamentado do armador ou seu representante, dirigido à autoridade portuária.
- 6- Na impossibilidade de desembarcar, o piloto segue viagem até ao ponto mais próximo que permita o seu desembarque com segurança, dentro da rota normal do navio.
- 7- Nos casos previstos nos números anteriores, o piloto, enquanto a bordo, tem direito a tratamento, alimentação e alojamento iguais aos dos oficiais, constituindo também encargos da embarcação todas as despesas decorrentes da sua deslocação. Após o desembarque e até regresso ao porto da Praia da Vitória ou Angra do Heroísmo, tem direito a igual tratamento, incluindo as viagens.

Artigo 57º
Obrigações do piloto

São obrigações do piloto perante o comandante da embarcação pilotada:

- a) Informar e assessorar sobre a navegação, movimentos e manobras a efectuar;
- b) Informar sobre quaisquer condicionamentos que possam afectar a segurança;
- c) Informar sobre as condições em que fica a embarcação, sugerindo as precauções adequadas, bem como sobre as obrigações impostas pela regulamentação em vigor.

Artigo 58º
Obrigações dos comandantes das embarcações

São obrigações dos comandantes das embarcações pilotadas:

- a) Disponibilizar os meios para embarque e desembarque do piloto conforme estabelecido na Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS) e demais legislação e regulamentação aplicável;
- b) Manobrar de modo a proporcionar segurança no embarque e desembarque do piloto;
- c) Prestar ao piloto todas as informações pertinentes relacionadas com a realização do serviço;
- d) Providenciar pela correcta execução das tarefas que se prendam com a condução e manobra das embarcações dentro da área de pilotagem obrigatória, tendo em devida conta as informações prestadas pelo piloto.

SECÇÃO IV

Reboque das embarcações

Artigo 59º
Utilização de rebocadores e lanchas

- 1- Os serviços de reboque dentro da área portuária são prestados por rebocadores pertencentes à APTG ou a entidades privadas, para tal autorizadas pela APTG, a qualquer título.
- 2- As lanchas a utilizar nos serviços de manobras de navios ou para a prestação de outros serviços às embarcações dentro da área de jurisdição portuária serão fornecidas pela APTG.
- 3- É proibido a quaisquer outras entidades efectuar os serviços previstos nos números anteriores, salvo em casos especiais, devidamente justificados e autorizados pela APTG.
- 4- As normas de utilização de rebocadores para o serviço de manobras de navios dentro da área de exploração portuária são estabelecidas pelo Conselho de Administração da APTG, que procede à sua divulgação através de Ordem de Serviço.
- 5- As manobras de fundear e suspender no ancoradouro exterior podem ser efectuadas sem o auxílio de rebocadores.
- 6- O comandante da embarcação a manobrar submeter-se-á ao disposto no presente Regulamento e demais normas em vigor, cabendo ao agente de navegação proceder à sua divulgação.

Artigo 60º
Número de reboques a utilizar

Independentemente das condições estabelecidas no número 4 do artigo anterior, o número e características dos reboques a usar poderão ser acordados, caso a caso, entre o comandante da embarcação a manobrar e o piloto de serviço.

Artigo 61º
Zona interior do porto

- 1- Para efeitos de prestação de serviços de pilotagem e uso de equipamento de manobra e transporte marítimo pertencente à APTG, considera-se como área de intervenção a zona do porto no interior dos portos da Praia da Vitória, Angra do Heroísmo e Praia da Graciosa e até ao limite exterior num raio de duas milhas, centrado no farolim da ponta dos molhes respectivos.
- 2- A área para além do limite indicado no número anterior é considerada como zona fora do porto.

SECÇÃO V

Amarrações

Artigo 62º

Serviço de amarração e desamarração

- 1- As amarrações e desamarrações em terra são obrigatoriamente efectuadas por pessoal da APTG ou por terceiros devidamente autorizados por esta, podendo exceptuar-se as embarcações que dispensem serviços de pilotagem, nos termos da lei.
- 2- As embarcações a acostar só poderão fazer amarrações, por cabos, nos cabeços indicados pela APTG, a quem compete a orientação e fiscalização dessas operações.
- 3- A equipa de pessoal a ser usada nas manobras de amarração e desamarração é definida pela autoridade portuária.

Artigo 63º

Material de amarração

- 1- Os cabos e outro material necessário para amarrar, serão fornecidos pelas próprias embarcações e deverão ser adequados em número e características, de modo a assegurarem uma perfeita amarração, e possuir dispositivos que impeçam a entrada e saída de roedores.
- 2- A utilização de cabos de aço para amarrar está condicionada à sua adequada protecção, por forma a não causarem danos na aresta do coroamento dos cais ou nos cabeços de amarração.
- 3- Não é permitido o uso de correntes nas amarrações passadas aos cabeços.
- 4- Os cabos de amarração só poderão ser passados aos cabeços destinados a esse fim.

Artigo 64º

Segurança das amarrações

- 1- Durante a permanência nos cais das embarcações que se encontrem de braço dado com outras, não lhes é permitido largarem sem aviso prévio os cabos que tiverem recebido de outra embarcação, salvo caso de força maior.
- 2- Os comandantes das embarcações são obrigados a respeitar as indicações da APTG quanto ao local de acostagem, devendo os cabos com que a amarração for feita ser rondados ou folgados, conforme o estado do tempo ou outras causas, por forma a não exercerem demasiada tracção nos cabeços, nem excessiva pressão na aresta dos cais.
- 3- Os comandantes das embarcações não podem recusar-se a reforçar ou a substituir os cabos devendo tomar as precauções e as medidas que lhes forem determinadas pela autoridade portuária.
- 4- É vedado a quaisquer pessoas estranhas às operações de acostagem ou desacostagem largarem os cabos sem que para isso tenham recebido autorização da APTG.
- 5- Salvo em caso de emergência, de necessidade absoluta ou como recurso de manobra de acostagem, reconhecidas pela APTG, não é permitido a qualquer embarcação fundear nos canais de acesso aos cais.
- 6- Quando as embarcações sejam autorizadas a estacionarem ao largo devem fundear nos ancoradouros admitidos, de acordo com as indicações dadas pelos pilotos e em cumprimento das condições estabelecidas pela autoridade portuária.
- 7- Sempre que uma embarcação perder um ferro ou âncora, o respectivo comandante deve participar o facto à autoridade marítima, com conhecimento à APTG, nos termos estabelecidos no Regulamento Geral das Capitánias.
- 8- Compete à APTG promover a rocega de todos os ferros perdidos juntos ao cais, nos ancoradouros ou em qualquer outro local do porto, quando as embarcações a que pertencem não o façam no prazo que lhes for fixado, sendo solidariamente responsáveis pelos encargos das operações e prejuízos daí resultantes o comandante da embarcação, o armador ou transportador marítimo.
- 9- Podem ser alugados cabos de amarração da APTG, desde que os haja disponíveis para esse efeito.

SECÇÃO VI

Segurança e obrigações das embarcações

Artigo 65° Embarcações acostadas

- 1- As embarcações acostadas aos cais ou fundeadas na zona do porto ficam obrigadas a obedecer às normas estabelecidas no "Manual de Segurança" e no "Plano de Emergência Interno" dos portos da Praia da Vitória, Angra do Heroísmo e Praia da Graciosa, quando existam, bem como às instruções transmitidas pelos Serviços de Exploração da APTG, nomeadamente quanto à acostagem, desacostagem, manobras e segurança das instalações e equipamento.
- 2- Qualquer embarcação acostada aos cais é obrigada a recolher os seus paus de bordo quando não estiverem a trabalhar, ou quando os Serviços de Exploração da APTG o determinarem.
- 3- As embarcações acostadas são também obrigadas a desviarem os seus paus de carga, as escadas de portaló ou outros aparelhos ou utensílios todas as vezes que estejam a impedir a passagem de guindastes ou outros equipamentos.
- 4- As embarcações são obrigadas a mudarem ou folgarem os cabos de amarração para facilitar a acostagem ou desacostagem de outras embarcações.
- 5- As embarcações acostadas deverão ter a bordo o pessoal indispensável à realização de qualquer manobra com segurança.
- 6- O não cumprimento do disposto neste artigo, para além de determinar a aplicação das contra-ordenações previstas no Decreto-Lei n.º 49/2002, de 2 de Março, poderá determinar a obrigatoriedade de desacostagem das embarcações, nos termos estabelecidos pelos Serviços de Exploração da APTG.

Artigo 66° Escadas ou pranchas de acesso

- 1- Toda a embarcação acostada deverá passar para o cais uma escada ou prancha em boas condições de solidez e de segura utilização.
- 2- Uma embarcação que esteja atracada a outra deve igualmente fornecer uma escada ou prancha nas condições referidas no número anterior, a fim de assegurar a passagem entre ambas.
- 3- Só é permitida a utilização de escadas ou pranchas para terra que assentem no cais por meio de rodas, roletes ou outros dispositivos aconselháveis.
- 4- É obrigatória a existência, nas escadas e pranchas, de uma bóia salva-vidas provida de retenida.
- 5- Os meios de acesso deverão dispor de iluminação nocturna, da responsabilidade do navio.

Artigo 67° Embarcações que transportem mercadorias perigosas

- 1- Os navios que transportem mercadorias explosivas, inflamáveis ou perigosas, ou como tal classificadas pela IMO, bem como os que sejam movidos a energia nuclear só poderão acostar depois de autorizados pelas autoridades competentes, de acordo com as instruções que lhes forem dadas.
- 2- Os navios só acostarão aos cais que lhes forem previamente atribuídos pelas mesmas autoridades, respeitando as prescrições que se encontrarem determinadas quanto às medidas cautelares a adoptar, designadamente distância em relação a outros navios, pessoal de vigilância a destacar e equipamento de segurança a mobilizar, sendo da sua inteira responsabilidade todos os encargos inerentes.
- 3- Os navios deverão tomar todas as medidas de protecção para com o pessoal interveniente nas manobras, operações de descarga ou carga e vigilância, cumprindo com as normas de segurança vigentes para cada caso.
- 4- As embarcações que transportem mercadorias perigosas deverão estar em condições de desacostar a todo o momento, em caso de emergência.

Artigo 68° Incêndio a bordo

- 1- Os comandantes das embarcações acostadas deverão tomar todas as precauções para evitar incêndios a bordo, bem como manter todo o material destinado ao seu combate nas melhores condições e pronto a actuar.

- 2- No caso de se declarar incêndio a bordo de qualquer embarcação acostada aos cais, o comandante solicitará o auxílio que for necessário para extinguir rapidamente o fogo e avisará prontamente a autoridade portuária.
- 3- Verificando-se que o incêndio põe em risco a restante navegação ou o porto, nas suas componentes operacional, de instalações ou equipamentos, poderá ser determinada a mudança de local de acostagem ou a desacostagem e estacionamento em ancoradouro na altura designado, da embarcação com incêndio a bordo ou de outras que se verifique ser conveniente fazer deslocar.
- 4- Todos os prejuízos e despesas resultantes do incêndio e combate ao mesmo, incluindo as de desacostagens e as de novas acostagens das embarcações envolvidas, serão da responsabilidade da embarcação sinistrada.

Artigo 69º

Imobilização e experiência de máquinas

- 1- As embarcações acostadas não poderão imobilizar as suas máquinas para procederem a reparações ou por quaisquer outras razões, nem experimentá-las, sem prévia autorização da autoridade portuária.
- 2- A responsabilidade pelos prejuízos causados à APTG ou a terceiros em consequência da inobservância do estabelecido no número anterior será imputada à embarcação em falta.
- 3- Se da realização de experiência de máquinas, ainda que previamente autorizada, resultar qualquer tipo de prejuízo, a embarcação visada será responsável pela reparação destes.
- 4- Deverá ser requisitada a presença de piloto a bordo da embarcação aquando da experiência de máquinas.

Artigo 70º

Objectos e mercadorias caídos à água

- 1- Os comandantes ou agentes das embarcações são obrigados a avisar os Serviços de Exploração da APTG da queda à água de objectos ou mercadorias não movimentados com intervenção de empresas de estiva ou da autoridade portuária, devendo aqueles requisitar de imediato a sua remoção.
- 2- As despesas feitas com trabalhos de busca ou recuperação dessas cargas ou objectos constituem encargo das embarcações, a menos que a responsabilidade da sua queda seja de terceiros.
- 3- Caso o objecto ou mercadoria caídos à água não sejam retirados nos termos dos números anteriores, a APTG providenciará à sua remoção por conta do navio.

Artigo 71º

Esgotos, despejos, lançamento de objectos à água ou deposição de materiais nos cais

- 1- Os comandantes das embarcações acostadas providenciarão no sentido de impedir que as águas provenientes dos esgotos, as águas de baldeação quando contaminadas, assim como as de refrigeração de máquinas ou quaisquer outras, se escoem para o cais.
- 2- É proibido lançar de bordo para a água, cais e terraplenos, quaisquer substâncias residuais, objectos, lixos ou detritos, águas ou outros produtos nocivos ou poluentes.
- 3- Não é também permitido às embarcações depositarem sobre os cais ou nos seus terraplenos adjacentes, detritos, lixos ou outros produtos nocivos, fora dos locais destinados para esse efeito.
- 4- Sempre que se verifique ser insuficiente a capacidade normal de recolha disponível nos cais, os agentes de navegação ou responsáveis pelas embarcações deverão providenciar o transporte dos detritos, lixos ou outros produtos nocivos para o exterior do porto, devendo requisitar este serviço à APTG.
- 5- Não é igualmente permitida a colocação, nos cais ou terraplenos de botes, cabos, âncoras, amarras ou quaisquer outros objectos pertencentes às embarcações acostadas, sem autorização dos Serviços de Exploração da APTG.
- 6- A infracção ao disposto nos números anteriores determina a aplicação aos faltosos das penalidades previstas na lei.

Artigo 72º

Responsabilidade por avarias

- 1- Os comandantes das embarcações serão responsáveis por quaisquer danos ou avarias causadas aos cais ou a qualquer material da APTG ou à sua guarda, durante a acostagem, estadia ou largada dos seus navios.
- 2- A responsabilidade será assumida através de um termo lavrado pelo comandante da embarcação, antes da largada, ou pelo respectivo agente de navegação, posteriormente, caso não tenham sido entretanto realizadas as reparações devidas.

- 3- No caso de um navio sofrer avarias provocadas por pessoal ou equipamento da APTG, deverá o respectivo comandante ou agente comunicar esse facto de imediato e por escrito aos Serviços de Exploração da APTG, de forma a permitir um rápido apuramento de responsabilidades.
- 4- A falta da comunicação referida nos termos do número anterior constitui motivo para a recusa de qualquer responsabilidade por parte da APTG.

Artigo 73°
Embarcações de recreio e pesca

A utilização das instalações portuárias por embarcações de recreio e de pesca e a prestação de serviços às mesmas por parte da APTG poderão ser objecto de regulamentação específica a estabelecer por esta, sem prejuízo do disposto neste Regulamento e demais legislação aplicável.

CAPÍTULO III

MERCADORIAS

SECÇÃO I

Disposições comuns

Artigo 74°
Regimes de movimentação das mercadorias

- 1- Quanto ao regime da sua movimentação no porto, as mercadorias são consideradas:
 - a) Embarcadas - as colocadas a bordo das embarcações;
 - b) Desembarcadas - as retiradas de bordo das embarcações;
 - c) Baldeadas - as que são movimentadas de um navio para outro;
- 2- Para efeitos do presente Regulamento, dentro da zona portuária considera-se:
 - a) Baldeação ou transbordo - a movimentação de mercadorias realizada directamente entre embarcações sem passagem por terra;
 - b) Baldeação com descarga, ou *transshipment* - a movimentação de mercadorias realizada entre embarcações, ou entre a mesma embarcação, com passagem por terra;
 - c) Estiva - a operação portuária de embarque, relativa à arrumação das mercadorias a bordo das embarcações;
 - d) Desestiva - operação portuária de desembarque, relativa à remoção das mercadorias de bordo das embarcações;
- 3- As normas sobre movimentação de mercadorias poderão constar de regulamentação específica a aprovar pela APTG.

Artigo 75°
Classificação das mercadorias quanto à natureza

- 1- As mercadorias são classificadas, relativamente à sua natureza, em mercadorias normais e especiais.
- 2- Consideram-se:
 - a) Mercadorias normais - as que para a sua movimentação e armazenagem não requerem precauções especiais;
 - b) Mercadorias especiais - as que, pela sua natureza, valor e potenciais efeitos, requerem precauções especiais na sua movimentação ou armazenagem.
- 3- As mercadorias especiais classificam-se em:
 - a) Mercadorias perecíveis - as susceptíveis de se deteriorarem com facilidade;
 - b) Mercadorias incómodas - as susceptíveis de provocarem ambiente desagradável;
 - c) Mercadorias nocivas - as susceptíveis de provocarem danos físicos, danos materiais ou doenças;
 - d) Mercadorias perigosas - as como tal classificadas pelo código IMO, as susceptíveis de provocarem explosão, incêndio, corrosão ou contaminação e as definidas como poluentes pela APTG;
 - e) Mercadorias de elevado valor - as que pelo seu elevado valor comercial estejam particularmente susceptíveis a ser objecto de acções criminosas, nomeadamente roubo e furto, ou exijam cuidados especiais de armazenagem.
- 4- As normas de segurança e higiene de mercadorias constarão de disposições regulamentares específicas a definir

pela APTG.

Artigo 76º
Classificação das mercadorias quanto à forma de apresentação

- 1- Para os efeitos do presente Regulamento e relativamente à sua forma de apresentação e acondicionamento, as mercadorias serão classificadas em:
 - a) Carga geral fraccionada;
 - b) Graneis sólidos;
 - c) Graneis líquidos;
 - d) Ro-Ro;
 - e) Contentorizada.
- 2- A carga geral fraccionada considera-se:
 - a) Fraccionada ou solta - quando se apresenta avulsa, acondicionada ou não em embalagens;
 - b) Unitizada - quando se apresenta em unidades indivisíveis e a sua movimentação é susceptível de ser efectuada de modo eficiente por meios mecânicos;
 - c) Unitizada / Paletizada - quando assenta em base de tabuleiro ou em barrotos que facilitem uma fácil ligação e movimentação mecânica, com dimensões e pesos dentro de determinados limites.
- 3- Graneis sólidos e líquidos são mercadorias a granel que, possuindo características uniformes, não são susceptíveis de serem contadas à peça e não se apresentam embaladas.
- 4- Considera-se Ro-Ro:
 - a) Com autopropulsão - mercadorias em veículos rodoviários de mercadorias, em reboques rodoviários de mercadorias e/ou em semi-reboques acompanhados de tractor, viaturas particulares acompanhadas ou não de reboques e caravanas e autocarros de passageiros;
 - b) Sem autopropulsão - mercadorias em reboques rodoviários de mercadorias e semi-reboques não acompanhados, caravanas não acompanhadas e outros reboques agrícolas e industriais.
- 5- Consideram-se mercadorias contentorizadas as acondicionadas em:
 - a) Contentores ISO de 20 pés;
 - b) Contentores ISO de 40 pés;
 - c) Contentores de outras dimensões.

Artigo 77º
Regime aduaneiro dos cais e das cargas

- 1- Os cais da APTG consideram-se em regime de cais livres, encontrando-se as mercadorias sob acção aduaneira e fiscalização permanente.
- 2- As mercadorias movimentadas nos cais podem ser consideradas, consoante os despachos, nos regimes aduaneiros de importação, importação temporária, reimportação, exportação, exportação temporária, reexportação, trânsito, baldeação, transferência e circulação, conforme passam a definir-se:
 - a) Importação, incluindo importação temporária e reimportação - as mercadorias que entram nos portos procedentes do estrangeiro;
 - b) Exportação, incluindo exportação temporária - as mercadorias que saem dos portos com destino ao estrangeiro;
 - c) Trânsito - as mercadorias, procedentes do estrangeiro, que entram nos portos e se destinam ao estrangeiro;
 - d) Baldeação - as mercadorias, recebidas por via marítima, que se destinam a ser transferidas para outra embarcação, sem saída do porto, com destino a portos terceiros;
 - e) Transferência - as mercadorias estrangeiras que sejam expedidas, por qualquer via, de depósitos sujeitos à jurisdição de uma estância aduaneira para outros de idêntica ou diferente natureza, subordinado à jurisdição dessa ou de outra estância aduaneira;
 - f) Circulação - as mercadorias, sem despacho e sob guia de circulação, que transitem entre os portos do Continente, Açores e Madeira.

Artigo 78°
Relação entre as autoridades portuária e aduaneira

As autoridades portuária e aduaneira facultarão entre si o acesso a todos os elementos relacionados com as mercadorias, veículos e passageiros movimentados na área de exploração portuária.

Artigo 79°
Manifestos

1. Os agentes de navegação são obrigados a entregar nos Serviços de Exploração da APTG cópias dos manifestos da carga a desembarcar e da embarcada, dos quais deverão constar o nome da embarcação e do seu comandante, descrição completa das mercadorias por portos de origem e destino, seus conhecimentos, marcas, números e pesos e ainda a qualidade e quantidade das suas embalagens e outros elementos relacionados com as mesmas mercadorias, designadamente as suas classificações por código pautal, do sistema harmonizado de designações e classificações de mercadorias (código NC) e pelo código IMO e o nome e morada dos carregadores e recebedores.
2. A entrega dos manifestos nos Serviços de Exploração da APTG será acompanhada de uma declaração do agente de navegação indicando a quantidade de páginas entregues, que deverão ser por si rubricadas, e o número da contramarca fiscal, competindo aos mesmos esclarecer e corrigir em devido tempo todas as divergências por eles verificadas ou encontradas pelos Serviços de Exploração da APTG.
3. Os manifestos de descarga e de carga serão entregues obrigatoriamente nos Serviços de Exploração da APTG, respectivamente, antes do início das operações da descarga e até à largada da embarcação.
4. As eventuais correcções a estes manifestos terão de ser entregues, nos Serviços de Exploração da APTG, até às 17 horas do dia útil imediato ao termo das operações, e serão objecto de informação recíproca entre as autoridades portuária e aduaneira.
5. Os manifestos das mercadorias desembarcadas ou embarcadas obedecerão aos seguintes requisitos:
 - a) No caso de o manifesto estar em língua estrangeira deverá o original ser acompanhado de tradução integral em português e de forma bem legível, devendo esta ser entregue até às 17 horas do dia útil imediato à atracação ou largada da embarcação, conforme se trate, respectivamente, de manifestos de descarga e/ou de carga;
 - b) Indicação, em cada conhecimento, do operador ou operadores portuários responsáveis pela movimentação das mercadorias;
 - c) Indicação dos pesos em unidades dos sistemas métricos ou convertidas nessas unidades;
 - d) Exactidão das operações aritméticas;
 - e) Ressalva das rectificações;
 - f) Os manifestos que respeitem a mercadorias em trânsito internacional não carecem de ser traduzidos, se de origem vierem redigidos em inglês.
6. Dos manifestos respeitantes à mercadoria contentorizada deverão ainda constar os seguintes elementos:
 - a) Tonelagem total da mercadoria a desembarcar e a embarcar;
 - b) Tonelagem parcelar relativa a cada porto de embarque ou de destino;
 - c) Taras dos contentores agrupados segundo as suas dimensões e por cada porto de embarque ou de destino;
 - d) Taras de contentores de dimensões inferiores a 20' e peso da mercadoria por cada um, quando agrupados ou transportados em *flats* ou *half-bins*;
 - e) Número de contentores descarregados e carregados, com excepção dos que, para facilidade das operações, necessitem de remoção a bordo ou para terra;
 - f) Discriminação da carga por contentor e indicação dos pesos respectivos;
 - g) Identificação do contentor (numero e sigla) que condiciona a mercadoria e o número de selo apostado neste;
 - h) Indicação, de forma visível e sem intercalação de outras anotações, do peso referente aos volumes de cada conhecimento de embarque;
 - i) Indicação do recebedor ou carregador.
7. A transferência da mercadoria contentorizada de um, para outro operador, quando da abertura de contentores, só será permitida se o operador inicial entregar nos Serviços de Exploração da APTG, antes do início da operação, uma nota discriminativa de toda a mercadoria destinada a cada recebedor. No caso de unidades completas, bastará a indicação escrita dos contentores a entregar e respectivas mercadorias.
8. Os manifestos cujo preenchimento não obedeça ao estabelecido nos números 5 e 6 serão rejeitados, admitindo-se a sua substituição no prazo de 24 horas.

9. O não cumprimento das normas e prazos estabelecidos confere à APTG o direito de proibir o início das operações, ou o de promover a sua suspensão até ser suprida a irregularidade, o de condicionar as autorizações de licenças de estacionamento e acostagem e ainda o de cancelamento da licença para o exercício da actividade do respectivo agente de navegação, nos termos da lei.
10. A responsabilidade por eventuais prejuízos resultantes da aplicação das sanções previstas no número anterior é imputável ao faltoso.

Artigo 80°
Planos e listas de carga

1. Os Serviços de Exploração da APTG poderão exigir aos operadores portuários a entrega dos planos de estiva ou desestiva das cargas.
2. Para os navios de contentores será obrigatória a entrega, antes da chegada das embarcações, das listas de descarga e carga dos contentores a movimentar.

Artigo 81°
Responsabilidade pelas mercadorias

- 1- A APTG não é responsável, durante o período em que as mercadorias permaneçam no porto, pelas avarias que as mesmas sofram em resultado da sua própria natureza, do seu modo de acondicionamento e de embalagem, nem pelos roubos, sinistros e estragos, ou quaisquer outros prejuízos que nelas se verifiquem durante o seu manuseamento.
- 2- A responsabilidade da APTG prevista no número 5 do artigo 22° do Decreto-Lei nº 298/93, de 28 de Agosto, só se efectiva desde que verificadas as condições seguintes:
 - a) O interessado expressamente o solicite;
 - b) Quer no acto de recepção, quer no de levantamento, haja sido efectuada uma conferência das mercadorias conjuntamente com um agente da APTG;
 - c) As mercadorias tenham sido depositadas dentro do recinto portuário em local indicado pela APTG, com os débitos dos respectivos custos de movimentação e armazenagem regularizados.

Artigo 82°
Transferência de responsabilidade

- 1- A responsabilidade pelas mercadorias depositadas nas instalações da APTG poderá ser transferida dos seus consignatários para terceiros, nos termos dos números seguintes.
- 2- A transferência de responsabilidade pelas mercadorias depositadas só poderá ser concretizada quando a entidade por elas inicialmente responsável participar esse facto por escrito à APTG, esta der o seu consentimento e o novo responsável declarar, igualmente por escrito, que assume essa responsabilidade.
- 3- A transferência de responsabilidade pelas mercadorias ocorrida nos termos do número anterior implica a liquidação, por parte do primeiro responsável, das facturas da APTG referentes às taxas aplicáveis até ao momento da sua transferência e, por parte do segundo, a liquidação das seguintes.

Artigo 83°
Remoção de lixos e resíduos

- 1- A remoção de lixos, resíduos ou outros materiais resultantes da movimentação das mercadorias ou da sua armazenagem é da responsabilidade da administração portuária.
- 2- É proibido o lançamento à água de resíduos, lixos ou outras matérias resultantes das operações portuárias.
- 3- A limpeza das áreas utilizadas, bem como a recolha dos lixos resultantes do manuseamento de mercadorias durante a realização de operações portuárias, processar-se-ão imediatamente após a conclusão destas, debitando a APTG aos responsáveis pelas operações de movimentação das mercadorias, todos os encargos decorrentes do seu transporte e deposição nos locais legalmente estabelecidos para o efeito, nomeadamente em Aterros Sanitários, nos termos que se encontrarem fixados no Regulamento de Tarifas.

SECÇÃO II

Movimentação de mercadorias

Artigo 84° Empresas de estiva

- 1- As empresas de estiva são as pessoas colectivas licenciadas para o exercício da actividade de movimentação de cargas na zona portuária, compreendendo as actividades de estiva, desestiva, conferência, carga, descarga, transbordo, movimentação e arrumação em cais, terminais, armazéns e parques, bem como de formação e decomposição de unidades de carga, e ainda de recepção, armazenagem e expedição de mercadorias a embarcar ou desembarcadas.
- 2- As actividades das empresas de estiva regem-se pelo disposto na legislação em vigor.
- 3- As empresas de estiva que exerçam a sua actividade no porto da Praia da Vitória terão de estar licenciadas pela APTG, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 85° Movimento de mercadorias

O movimento de mercadorias na área portuária é efectuado pela APTG e pelas empresas de estiva ou outras entidades a quem tenha sido autorizada, licenciada ou concessionada a sua execução, de harmonia com as disposições legais em vigor.

Artigo 86° Dever de cooperação

- 1- As empresas de estiva cooperarão com a autoridade portuária no estabelecimento de índices da qualidade de serviço e na optimização dos custos das operações portuárias.
- 2- As empresas de estiva colaborarão com todas as autoridades, no âmbito da sua actividade, particularmente com a APTG, na coordenação das operações portuárias.
- 3- As empresas de estiva fornecerão à APTG os elementos técnicos, estatísticos e outros de que ela careça respeitantes às operações realizadas e a realizar, sempre que solicitados.
- 4- Constitui dever das empresas de estiva cooperar com a autoridade portuária na divulgação das regras aplicáveis às operações portuárias.

Artigo 87° Operações portuárias

- 1- As operações inerentes às mercadorias que se realizem dentro das zonas portuárias e sejam efectuadas pelas entidades legalmente autorizadas para o efeito, são designadas por operações portuárias, quer sejam executadas nos navios ou em terra.
- 2- Para efeitos do presente Regulamento, considera-se operação portuária a actividade de movimentação de cargas a embarcar ou desembarcadas na zona portuária, compreendendo as actividades de estiva, desestiva, conferência, carga, descarga, transbordo, movimentação e arrumação em cais, terminais, armazéns e parques, bem como de formação e decomposição de unidades de carga, e ainda de recepção, armazenagem e expedição de mercadorias.
- 3- As operações portuárias relativas à movimentação a bordo dos navios designam-se por desestiva ou estiva, consoante se trate de descarga ou carga de mercadorias.

Artigo 88° Programa de operações

- 1- As operações portuárias envolvendo embarcações acostadas aos cais comerciais serão obrigatoriamente realizadas de forma ininterrupta, durante todos os períodos que integrem o horário normal de trabalho fixado pela APTG para o sector de Exploração Portuária, sem prejuízo dos horários de trabalho dos trabalhadores das empresas de estiva.
- 2- A APTG pode determinar que as empresas de estiva apresentem, no prazo que lhes for fixado, os programas das operações a seu cargo.

- 3- Dos programas devem constar as características das operações, o local e a embarcação onde são realizadas, as horas de início e termo previstas, o equipamento e o pessoal a utilizar, a quantidade e características das mercadorias a movimentar, a sua proveniência e destino, as necessidades de estacionamento ou armazenagem e ainda o rendimento máximo a atingir na realização da operação portuária.
- 4- Sempre que o interesse do porto o exija, a APTG poderá impor a alteração ou o ajustamento dos programas das operações que lhe forem apresentados.
- 5- A APTG poderá ainda estabelecer normas regulamentares específicas para as operações portuárias, quando o interesse portuário o justifique.
- 6- As empresas de estiva respondem pelos prejuízos causados pelo não cumprimento das operações a seu cargo.

Artigo 89º **Operações de tráfego**

- 1- As operações relativas à movimentação de mercadorias através das zonas terrestres do porto, desde a sua entrada até à saída, são designadas por operações de tráfego, ou, simplesmente, por tráfego, que pode ser directo, semi-directo e indirecto.
- 2- Para os efeitos do presente Regulamento, considera-se:
 - a) Tráfego directo - quando as mercadorias passam directamente da embarcação para o local de armazenagem ou para o meio de transporte que as conduz para o exterior do porto, ou vice-versa, sem pousar no cais;
 - b) Tráfego semi-directo - quando as mercadorias são descarregadas das embarcações para o cais e, de seguida, carregadas nos meios de transporte que as conduzem para o exterior do porto, ou vice-versa;
 - c) Tráfego indirecto - quando as mercadorias são descarregadas das embarcações para o cais e, de seguida, transferidas para os locais de armazenagem, a coberto ou a descoberto, para depois serem carregadas nos meios de transporte que as conduzem para o exterior do porto, ou vice-versa.
- 3- A APTG poderá determinar para qualquer tipo de mercadorias, que o seu tráfego se efectue em qualquer das modalidades previstas neste regulamento.

Artigo 90º **Precauções na movimentação das mercadorias**

- 1- As mercadorias deverão ser manipuladas com os meios e cuidados adequados, evitando-se que lhes sejam causadas quaisquer avarias, perdas ou danos, bem como a sua queda ao mar.
- 2- A queda ao mar de qualquer objecto ou mercadoria movimentada deve ser comunicada aos Serviços de Exploração da APTG, devendo a empresa de estiva proceder à sua busca e remoção dentro do prazo que lhe for fixado.
- 3- Caso a empresa de estiva não cumpra a obrigação de remoção referida no número anterior, a APTG providenciará pela sua remoção, a expensas daquela.
- 4- A carga, descarga e trasfega de mercadorias perigosas, ou de produtos químicos cujas características imponham especiais regras de actuação e segurança serão realizadas de acordo com as normas aprovadas pela APTG e pela autoridade marítima.
- 5- Quando as cargas a movimentar consistirem em mercadorias que produzam exsudações que possam afectar outras, ou em cargas que devam ser preservadas de quaisquer impurezas durante a sua estadia no porto, a empresa responsável pela sua movimentação deverá tomar as precauções especiais que para cada caso forem exigíveis.
- 6- Deverão ser evitados os processos e sistemas de movimentação e armazenagem das cargas que produzam danos nos pavimentos dos cais, dos terraplenos, armazéns e noutras obras e instalações portuárias.
- 7- Deverão ser tomadas as precauções necessárias para que, durante a sua manipulação e transporte, não se verifiquem quedas ou derrames das mercadorias.
- 8- É proibido acender fogo nas instalações portuárias, sendo interdito fumar ou foguear no interior dos armazéns ou na proximidade de mercadorias combustíveis ou de fácil combustão.
- 9- A movimentação de mercadorias perigosas só será permitida nas condições estabelecidas para esse fim nos regulamentos internos e nacionais em vigor e com prévia autorização da autoridade marítima, devendo as empresas responsáveis dar sempre conhecimento aos Serviços de Exploração da APTG e à autoridade marítima do início e termo desses movimentos.
- 10- Nos casos extremos em que a segurança portuária se encontre em causa, poderão os Serviços de Exploração da APTG determinar a suspensão das operações de bombagem de combustíveis líquidos.

Artigo 91º
Restrições à operação de movimentação de mercadorias

- 1- As operações portuárias que envolvem o manuseamento das mercadorias enquadráveis nas alíneas b), c) e d) do n.º 3 do artigo 75.º e que coloquem em causa a segurança e o bem-estar de trabalhadores e/ou passageiros, poderão, a qualquer momento, ser suspensas pelos Serviços de Exploração da APTG.
- 2- O reinício das operações só poderá efectuar-se após a reposição das condições consideradas mínimas para o prosseguimento das mesmas.

Artigo 92º
Animais vivos e pescado

- 1- O embarque ou desembarque de animais vivos será efectuado por processos adequados, de modo a não provocar situações penosas para esses animais, acidentes, danos ou atrasos das operações.
- 2- No caso de se verificarem acidentes ou prejuízos resultantes do não cumprimento do estabelecido no número anterior, a responsabilidade pelos mesmos impende sobre as empresas de estiva intervenientes.
- 3- O pescado será desembarcado nos locais a esse fim destinados, sendo-lhe aplicáveis as disposições genéricas deste Regulamento, sem prejuízo do disposto em regulamentos especiais que regulem essa operação.

SECÇÃO III

Armazenagem

Artigo 93º
Armazenagem de mercadorias

- 1- As mercadorias desembarcadas ou a embarcar poderão ser depositadas nos terraplenos ou armazéns da APTG a esse fim destinados, mediante prévia requisição e autorização dos Serviços de Exploração da APTG, que determinarão o local onde as mesmas poderão ser depositadas.
- 2- Considera-se armazenagem o depósito das mercadorias nos recintos portuários, quer nos cais, terraplenos, armazéns e telheiros, quer sobre os veículos que as transportam ou no interior de contentores.
- 3- A armazenagem pode ser:
 - a) A coberto - quando as mercadorias são recolhidas em armazéns, telheiros ou quaisquer recintos onde fiquem resguardadas das condições atmosféricas, bem como as mercadorias contentorizadas;
 - b) A descoberto - nas restantes situações.

Artigo 94º
Normas para a armazenagem das mercadorias

- 1- As entidades autorizadas a efectuar a armazenagem das mercadorias são responsáveis pela tomada de medidas no sentido de ser garantida a segurança do pessoal, mercadorias, equipamentos e instalações.
- 2- A armazenagem das mercadorias deverá ser efectuada de forma a garantir o máximo aproveitamento dos espaços, com um mínimo de ocupação de área, e a maior utilização possível em altura.
- 3- Os Serviços de Exploração da APTG poderão suspender ou alterar os trabalhos de armazenagem de mercadorias, sempre que não sejam respeitados os princípios estabelecidos nos números anteriores, ou quando não forem observadas outras normas existentes sobre esta matéria.
- 4- São da responsabilidade das empresas de estiva os prejuízos resultantes da inobservância das regras estabelecidas nos números anteriores, relativamente às operações em que sejam intervenientes.

Artigo 95º
Armazenagem a coberto e descoberto

1. A armazenagem coberta é utilizada pelas mercadorias susceptíveis de furto ou deterioração ao ar livre, bem como pelas que a Autoridade Portuária entenda deverem ter esse tratamento.

2. Pode não ser autorizada a armazenagem de mercadorias que, pelas suas características, a Autoridade Portuária entenda ser inconveniente permanecerem no porto.
3. A movimentação de mercadorias cuja armazenagem não seja autorizada, terá de ser sempre efectuada em regime de tráfego directo.
4. É proibida a armazenagem de mercadorias explosivas e radioactivas fora das instalações para o efeito especializadas, sendo os infractores responsáveis, perante a Autoridade Portuária e terceiros, pelos prejuízos que possam resultar desse facto, independentemente da responsabilidade criminal em que possam incorrer.
5. As mercadorias desembarcadas ou a embarcar devem ser prontamente removidas para os locais de destino.
6. A armazenagem das mercadorias deve ser efectuada por forma a evitar o seu arrastamento e de modo a ocupar o menor espaço, com arrumação adequada em superfície e altura, com especial cuidado para evitar avarias ou danos nelas próprias, nas infra-estruturas e nas instalações dos portos.
7. A armazenagem de mercadorias inflamáveis, combustíveis, oxidantes e outras também consideradas perigosas será permitida, desde que sejam respeitadas as normas regulamentares em vigor, podendo os Serviços de Exploração da APTG determinar a adopção de medidas especiais aos interessados, quando as circunstâncias o aconselharem.

Artigo 96º

Proibição de armazenagem nas zonas de trabalho ou de trânsito

- 1- As mercadorias embarcadas ou a embarcar não podem permanecer nas zonas de trabalho ou de trânsito para além dos períodos de serviço dos navios, devendo ser obrigatoriamente colocadas nas zonas de armazenagem que lhes forem destinadas pelos Serviços de Exploração da APTG.
- 2- A APTG poderá autorizar que determinadas mercadorias permaneçam junto dos navios durante o tempo em que os mesmos se mantenham atracados no porto, desde que essa permanência não cause prejuízos a terceiros.

Artigo 97º

Armazenagem de mercadorias perigosas e especiais

- 1- As mercadorias especiais devem ser, por norma, movimentadas por operação de tráfego directo.
- 2- As mercadorias inflamáveis, explosivas e radioactivas deverão ser sempre movimentadas por operação de tráfego directo, podendo a APTG, por motivos de segurança, determinar locais adequados para o efeito.
- 3- Em casos excepcionais devidamente justificados, e desde que se encontrem reunidos todos os requisitos dos normativos legais de segurança, poderá a APTG, após parecer favorável da autoridade marítima, autorizar a armazenagem temporária de mercadorias ou materiais explosivos, fazendo depender essa autorização da obrigação de vigilância directa e permanente a prestar pelo interessado, da apropriada sinalização do local de depósito, da presença de bombeiros dotados de meios adequados de segurança, da prestação de garantia de responsabilidade civil por danos pessoais ou materiais decorrentes de eventuais deflagrações e ainda de outras medidas que forem julgadas indispensáveis.
- 4- A armazenagem de mercadorias inflamáveis, combustíveis, oxidantes e outras também consideradas perigosas será permitida desde que sejam respeitadas as normas regulamentares em vigor, sem prejuízo de os Serviços de Exploração da APTG ou a autoridade marítima determinarem a adopção de medidas especiais por parte dos interessados, quando as circunstâncias o aconselharem.
- 5- A APTG ou a autoridade marítima poderão impedir, nos seus recintos, a armazenagem de quaisquer mercadorias consideradas nocivas, bem como exigir a sua remoção para outros locais ou ordenar a sua saída.
- 6- As urnas contendo restos mortais são, pela sua natureza, consideradas mercadoria especial e devem ser normalmente movimentadas por operações de tráfego directo.

Artigo 98º

Mercadorias avariadas

- 1- A APTG não é responsável pelas avarias que as mercadorias sofram em resultado da sua própria natureza, do seu modo de acondicionamento e de embalagem, nem pelos roubos, sinistros e estragos causados por animais daninhos, nem ainda por quaisquer outros prejuízos que se verifiquem nas mercadorias durante o tempo em que permaneçam nos portos, designadamente durante o seu manuseamento.
- 2- As mercadorias que desembarquem avariadas e não sejam transportadas para fora do porto ou embarcadas de imediato serão armazenadas, nos locais e pelos períodos que lhe forem fixados pela APTG, não sendo esta responsável por eventuais extravios ou prejuízos causados às mesmas, salvo disposição em contrário.

- 3- As mercadorias desembarcadas que não voltem a ser embarcadas e que se encontrem em estado de decomposição ou putrefacção serão imediatamente retiradas dos recintos portuários, mediante o cumprimento das normas aduaneiras, se for caso disso.
- 4- Os encargos inerentes às operações referidas no número anterior e a quaisquer outras dela resultantes serão sempre da responsabilidade do consignatário da mercadoria ou, no caso de este não ser conhecido ou não existir, do armador ou do transportador marítimo.

Artigo 99º
Sobrecargas sobre os cais e terraplenos

A carga admissível sobre os cais e os terraplenos não poderá exceder os limites que forem estabelecidos pela APTG, tendo em conta a natureza das estruturas e as condições locais.

Artigo 100º
Mercadorias abandonadas

- 1- Consideram-se mercadorias abandonadas as que permaneçam na área portuária sem autorização da APTG ou para além dos períodos autorizados e que, após notificação do respectivo depositante, dono ou consignatário, ou de quem o substitua, não sejam removidas no prazo que lhes for fixado.
- 2- A notificação referida no número anterior será feita pessoalmente ou através de carta registada com aviso de recepção, devendo, em caso de desconhecimento da identidade do dono, do consignatário ou de quem o substitua, bem como do seu endereço ou paradeiro, ser efectuada através de Editais afixados nos locais habituais e nas áreas de exploração do porto, assim como de publicação em dois jornais de grande tiragem em dois dias consecutivos.
- 3- As mercadorias, coisas ou objectos considerados abandonados e sujeitos à acção fiscal são relacionados e entregues à Alfândega, nos termos da legislação aduaneira.
- 4- O dono, o consignatário, ou quem os substitua, de mercadorias, coisas ou objectos considerados abandonados e não sujeitos à acção fiscal são responsáveis pela sua remoção, obrigando-se a pagar à APTG a realização desse serviço, se não o executarem no prazo que lhes for fixado para esse efeito, cumulativamente com as taxas de armazenagem devidas até à data da remoção.
- 5- Sempre que, ao abrigo do número anterior, a APTG tiver de proceder à remoção de bens abandonados, poderá apropriar-se deles, nos termos gerais de direito, e proceder à sua venda, revertendo o produto desta, em primeiro lugar, para o pagamento das dívidas à APTG, se não houver outras que, legalmente, devam ter preferência.

Artigo 101º
Remoção de mercadorias e equipamentos

- 1- No exercício da sua competência de coordenação, os Serviços de Exploração da APTG poderão mandar remover ou transferir as mercadorias ou equipamentos depositados ou estacionados nos cais, armazéns e terraplenos, sempre que as circunstâncias o exijam ou sempre que se encontre em causa o cumprimento do presente regulamento.
- 2- Quando as entidades responsáveis pelas mercadorias não procederem à sua remoção ou transferência nos prazos que lhes forem fixados, essa operação poderá ser efectuada pelos Serviços de Exploração da APTG, por conta e risco daquelas entidades e sem direito a indemnização.
- 3- Em caso de reconhecida necessidade e impossibilidade de aviso prévio ao depositante, pode a APTG promover a remoção para outros locais de mercadorias ou contentores, cheios ou vazios, independentemente do seu regime aduaneiro.
- 4- A APTG não é responsável por quaisquer prejuízos, danos ou ocorrências que se verifiquem em consequência da remoção referida no número anterior, não tendo os depositantes, donos, consignatários e expedidores das mercadorias ou dos contentores, direito a qualquer indemnização por aquele facto.
- 5- Após prévia notificação, sempre que a Autoridade Portuária for obrigada a efectuar a remoção de bens abandonados, poderá apropriar-se deles, nos termos gerais de direito, e proceder à sua venda.

SECÇÃO IV

Contentores

Artigo 102º Contentores

Toda a movimentação, carga, descarga e armazenagem de contentores, quer em terminal próprio quer nos restantes cais, deverá ser realizada com recurso a equipamento da APTG, salvo equipamento do Operador Portuário, quando aplicável.

CAPÍTULO IV

PASSAGEIROS

Artigo 103º Regime dos passageiros

- 1- Consideram-se passageiros todas as pessoas de idade superior a um ano que, sendo transportadas em embarcações que utilizem as instalações do porto, não integrem as respectivas tripulações.
- 2- Os passageiros poderão ser considerados de navegação marítima (longo curso) ou de navegação local (inter-ilhas), tendo em conta as características das embarcações que os transportem e as origens e destinos das mesmas.
- 3- Quanto ao regime do seu movimento, os passageiros consideram-se:
 - a) Embarcados - os que iniciam a sua viagem no porto;
 - b) Desembarcados - os que terminam a sua viagem no porto;
 - c) Em trânsito - os que, vindo a bordo de embarcações que cheguem ao porto, continuam a sua viagem nas mesmas, podendo, durante a respectiva escala, desembarcar e reembarcar.

Artigo 104º Lista de passageiros de navegação marítima (longo curso)

- 1- Os agentes das embarcações que transportem passageiros têm de avisar obrigatoriamente a APTG, pelos meios usuais adoptados no porto, do número de passageiros a desembarcar e a embarcar, assim como dos horários previstos para a movimentação de bagagens e passageiros.
- 2- À chegada das embarcações que transportem passageiros, o respectivo agente de navegação entregará na APTG a lista dos passageiros a desembarcar e em trânsito.
- 3- Antes da largada das embarcações referidas no número anterior, o respectivo agente entregará na APTG a lista dos passageiros a embarcar.
- 4- As listas referidas nos números anteriores devem conter o nome, a nacionalidade, a origem e/ou o destino dos passageiros.
- 5- O agente da embarcação é o único responsável pelo cumprimento do preceituado nos números anteriores.

Artigo 105º Desembarque e embarque de passageiros de navegação marítima (longo curso)

- 1- O desembarque ou embarque de passageiros efectua-se obrigatoriamente nos locais para esse efeito indicados pela APTG, através de passadiços apropriados.
- 2- O acesso aos locais de embarque e desembarque é autorizado a passageiros que sejam portadores de documento que os identifique nessa qualidade, para além dos exigíveis pelas autoridades marítima e aduaneira.
- 3- As normas e as taxas devidas pela utilização de instalações por passageiros serão definidas pela APTG.

Artigo 106º Bagagem de passageiros de navegação marítima (longo curso)

- 1- A movimentação de bagagem é efectuada directamente pelo armador, pelo agente de navegação ou através de entidade por este contratada para o efeito, com o conhecimento e autorização prévia da APTG.

- 2- Compete à APTG estabelecer as horas de início e conclusão das operações de movimentação de bagagens, bem como coordenar e fiscalizar o respectivo serviço de movimentação, sem prejuízo das atribuições conferidas por lei a outras autoridades.
- 3- A APTG não é responsável pelo extravio e desaparecimento de bagagem.

Artigo 107º

Passageiros de navegação local (inter-ilhas)

- 1- Relativamente a passageiros de navegação local (inter-ilhas), os agentes das embarcações têm de avisar obrigatoriamente a APTG, pelos meios usuais adoptados no porto, do número de passageiros a desembarcar e a embarcar, assim como dos horários previstos para a movimentação de bagagens e passageiros.
- 2- O desembarque ou embarque dos passageiros efectuar-se-á obrigatoriamente nos locais para esse efeito indicados pela APTG, através de passadiços apropriados.
- 3- O acesso aos locais de embarque e desembarque é autorizado a passageiros que sejam portadores de documento que os identifique nessa qualidade.
- 4- As normas e taxas devidas pela utilização de instalações por passageiros serão definidas pela APTG.
- 5- A APTG não é responsável pelo extravio e desaparecimento de bagagem.

CAPÍTULO V

EQUIPAMENTO

SECÇÃO I

Disposições comuns

Artigo 108º

Equipamento

Considera-se equipamento qualquer máquina, aparelho, instrumento, utensílio, ferramenta e outro material destinado à realização ou participação em trabalhos de exploração portuária, quer servindo para intervenção directa em cada operação, quer fazendo parte do conjunto de meios nela utilizados.

Artigo 109º

Equipamento terrestre

- 1- Consideram-se equipamentos terrestres as máquinas, aparelhos, instrumentos e utensílios utilizados em terra pelas embarcações e destinados à movimentação, no porto, de contentores, mercadorias e passageiros.
- 2- Nos terminais e recintos portuários explorados pela autoridade portuária é obrigatório o uso de equipamento de movimentação vertical e horizontal da APTG, salvo equipamento do Operador Portuário, quando aplicável e o disposto no número seguinte.
- 3- Poderá ser autorizada, a pedido dos interessados e em casos de insuficiência de equipamento da APTG, a utilização de equipamento de terceiros.
- 4- Os equipamentos terrestres a utilizar na operação portuária deverão reunir as adequadas condições de funcionamento e segurança, sendo impedida a sua utilização quando tal não se verifique.
- 5- As normas relativas à utilização de equipamento terrestre poderão ser objecto de regulamentação específica, a aprovar pela APTG.

Artigo 110º

Equipamento flutuante

- 1- Consideram-se equipamentos flutuantes as embarcações, máquinas, aparelhos e instrumentos destinados a serem utilizados a nado por embarcações, mercadorias e passageiros.
- 2- As normas relativas à utilização de equipamento flutuante poderão constar de regulamento específico, a aprovar pela APTG.

Artigo 111º
Aluguer de equipamento

Considera-se aluguer de equipamento a cessão temporária de equipamento portuário aos clientes do porto, mediante requisição prévia aos serviços da APTG, com a contrapartida do pagamento das taxas correspondentes, quando o mesmo não esteja incluído na prestação de um serviço global.

Artigo 112º
Requisição do equipamento da autoridade portuária

- 1- Os pedidos de equipamentos da APTG destinados à movimentação vertical e horizontal de cargas serão efectuados através de requisição aos Serviços de Exploração da APTG, em impresso próprio ou através de procedimento informático adoptado, em obediência às normas e aos prazos de antecedência que estiverem estabelecidos.
- 2- Eventuais prolongamentos do período requisitado para a utilização de equipamentos requerem autorização prévia da autoridade portuária.
- 3- Exceptuam-se das condições impostas nos números anteriores os pedidos de equipamento cuja atribuição não careça de prévia planificação dos Serviços de Exploração da APTG, nomeadamente básculas, ferramentas e outros.

Artigo 113º
Prioridade na distribuição do equipamento da autoridade portuária

- 1- Para efeitos de atribuição do equipamento da APTG, as operações de descarga e carga dos navios, bem como as operações de estacionamento, têm sempre prioridade sobre todas as outras.
- 2- É da competência dos serviços da APTG a gestão dos equipamentos requisitados.
- 3- No caso de se verificar a insuficiência de equipamento em relação ao número de unidades requisitadas, será efectuado o respectivo rateio da forma considerada mais conveniente, de modo a que sejam tidas em conta, como razões de prioridade, a indisponibilidade de meios para carga ou descarga da mercadoria pelo próprio navio, a ordem de chegada deste ao porto, a importância da mercadoria ou urgência da sua carga ou descarga, a produtividade e a proximidade do termo das operações.

Artigo 114º
Realização de serviços fora do porto

Em casos excepcionais e nas condições permitidas por lei, a APTG poderá, fora das áreas de exploração portuária, realizar trabalhos de movimentação de mercadorias, peças, máquinas ou outros materiais, com o seu equipamento terrestre, ou prestar serviços de reboque ou apoio a embarcações por intermédio de equipamento flutuante, nas condições permitidas por lei.

SECÇÃO II

Equipamento de movimentação vertical

Artigo 115º
Movimentação vertical

Considera-se movimentação vertical a que resulta da utilização de aparelhos elevatórios no embarque ou desembarque de mercadorias, e que é realizada do navio para terra, ou vice-versa.

Artigo 116°
Utilização de equipamento da autoridade portuária

- 1- Salvo em casos especiais devidamente justificados e autorizados, no embarque e desembarque de mercadorias é obrigatório o uso de equipamento de movimentação vertical da APTG, sempre que esta o tenha disponível e o mesmo seja adequado à movimentação das cargas envolvidas, salvo equipamento do Operador Portuário, quando aplicável.
- 2- Sempre que, por conveniência da APTG, for fornecido equipamento com capacidade superior à do efectivamente requisitado, a taxa aplicável será a correspondente à do equipamento requisitado.

Artigo 117°
Utilização de equipamento estranho à autoridade portuária

- 1- Quando a APTG não dispuser de equipamento de movimentação vertical suficiente ou adequado para a realização das operações para que foi requisitado, poderá autorizar a utilização de equipamento de terceiros.
- 2- O equipamento estranho à APTG e utilizado nos termos do número anterior, deverá reunir perfeitas condições de conservação e de segurança, sendo os Serviços de Exploração da APTG informados, antes do início das operações, das respectivas características operacionais e de trabalho.
- 3- Sempre que a APTG considere verificar-se a utilização inapropriada, deficiente ou insuficiente do equipamento, fará cessar as operações em que o mesmo seja interveniente.
- 4- A utilização do equipamento de terceiros obriga à existência ou contratação de uma apólice de seguro cujo âmbito de coberturas contemple o risco inerente ao trabalho a efectuar.
- 5- As consequências de acidentes ou de outras ocorrências causadas por avaria ou mau estado do equipamento utilizado, ou pelo seu uso indevido, serão imputadas aos responsáveis pela sua utilização.

Artigo 118°
Normas de utilização do equipamento da autoridade portuária

- 1- A capacidade máxima de carga do equipamento é a que neles se encontrar assinalada ou a que, para cada situação, lhe venha a ser atribuída pela APTG.
- 2- Os requisitantes são obrigados a informar antecipadamente os Serviços de Exploração da APTG da existência de cargas cujo peso unitário ultrapasse a capacidade do equipamento requisitado, caso em que tem de ser requerida a utilização de unidades de maior capacidade.
- 3- Os Serviços de Exploração da APTG poderão determinar a pesagem das cargas com ou sem peso declarado, em qualquer circunstância e nomeadamente quando se presuma que excedam a capacidade máxima do equipamento requisitado ou a utilizar na sua movimentação, sendo as despesas com as operações de pesagem da responsabilidade do utilizador.
- 4- São da responsabilidade do requisitante os prejuízos ou danos resultantes da utilização do equipamento da APTG para a movimentação de cargas cujo peso exceda a capacidade máxima desse equipamento, quando não tenham sido declarados os pesos exactos das cargas a movimentar.

Artigo 119°
Danos resultantes das características das mercadorias

Os danos causados pelas cargas movimentadas com o equipamento da APTG, quando resultem da agressividade das próprias mercadorias ou da insuficiência da sua embalagem ou modo de acondicionamento, serão imputados à empresa de estiva ou carregador/recebedor.

Artigo 120°
Responsabilidade por avarias ou roturas fortuitas

A APTG não é responsável pelos prejuízos resultantes da paralisação dos equipamentos provocada por avarias ou causas fortuitas, que ocorram durante a prestação de serviços.

Artigo 121º
Normas de utilização de guindastes

- 1- As cargas serão sempre suspensas a partir da vertical da extremidade da lança, não sendo permitido o uso dos guindastes para remover cargas a distâncias superiores à do respectivo alcance máximo.
- 2- É proibido o movimento de translação dos guindastes com cargas suspensas.
- 3- Não será permitido o recurso a uma segunda unidade para auxiliar qualquer guindaste na movimentação de cargas cujo peso exceda a sua capacidade máxima, sendo também interdito o uso de paus de carga de bordo ou de outros meios, para esse fim.
- 4- Não será autorizada, em qualquer circunstância, a movimentação de cargas com guindastes trabalhando em conjunto.
- 5- As regras estabelecidas nos números anteriores são aplicáveis quer a guindastes eléctricos de via, quer a guindastes automóveis sobre pneus.

Artigo 122º
Suspensão dos serviços de guindagem

Sempre que os Serviços de Exploração da APTG considerem constituir perigo ou ser inconveniente o prosseguimento do trabalho nas condições em que está a ser realizado, ou quando se verifique o desrespeito pelo estabelecido neste Regulamento, poderão mandar suspender as operações enquanto se mantiverem as respectivas causas.

SECÇÃO III

Equipamento de movimentação horizontal

Artigo 123º
Movimentação horizontal

Considera-se movimentação horizontal a deslocação e arrumação em cais, terraplenos ou armazéns, das mercadorias desembarcadas ou destinadas a embarque, dentro da área de exploração do porto.

Artigo 124º
Utilização do equipamento

- 1- É obrigatória a utilização de equipamento de movimentação horizontal pertencente à APTG para a movimentação e arrumação em cais, terraplenos ou armazéns, das mercadorias desembarcadas ou destinadas a embarque, salvo equipamento do Operador Portuário, quando aplicável.
- 2- A utilização de equipamento é efectuada com recurso a manobreadores habilitados com a carta de pesos mediante o cumprimento das regras básicas de circulação definidas pelo Código da Estrada, de forma a que sejam garantidas adequadas condições de segurança para o pessoal, equipamento, mercadorias e veículos.

Artigo 125º
Equipamento das empresas de estiva ou outras entidades

- 1- Os equipamentos propriedade das empresas de estiva ou outras entidades têm de reunir perfeitas condições de segurança e conservação, estarem devidamente identificados e terem afixadas as respectivas taras e capacidades de carga.
- 2- Os serviços da APTG podem exercer funções de fiscalização e inspecção das condições de trabalho e de conservação dos equipamentos pertencentes às empresas de estiva ou outras entidades, impondo que os mesmos sejam utilizados de forma racional e impedindo o seu uso quando se verificar a ausência de normais condições de funcionamento, conservação e segurança.
- 3- Os equipamentos estranhos à APTG deverão estacionar ou serem colocados nos locais que lhes forem destinados ou indicados pelos Serviços de Exploração da APTG, por forma a que não impeçam ou dificultem a carga, descarga, tráfego ou armazenagem das mercadorias ou a manobra de outros equipamentos que intervenham nas operações portuárias.

- 4- A aquisição ou aluguer de equipamentos de movimentação de mercadorias por parte das empresas de estiva ou outras entidades carece de parecer da APTG.

Artigo 126º

Normas de utilização do equipamento da autoridade portuária

- 1- Na movimentação de cargas com peso ou dimensão superior à capacidade máxima dos equipamentos podem ser utilizadas duas ou mais unidades em simultâneo, desde que obtida a prévia autorização expressa dos Serviços de Exploração da APTG.
- 2- Pode ser determinado que a realização de trabalhos nas condições previstas no número anterior seja obrigatoriamente efectuada com a presença de um técnico da APTG, que definirá as condições em que os mesmos serão executados.

Artigo 127º

Suspensão de trabalhos com equipamento

Sempre que os Serviços de Exploração da APTG considerem constituir perigo ou ser inconveniente o prosseguimento do trabalho nas condições em que está a ser realizado, ou quando se verifique o desrespeito pelo estabelecido neste Regulamento, podem mandar suspender as operações, enquanto se mantiverem as respectivas causas.

SECÇÃO IV

Balanças e básculas

Artigo 128º

Normas de utilização das básculas

- 1- A entrada e saída de veículos nas plataformas das básculas portuárias devem fazer-se a velocidade não superior a 10 Km/h e sem travagens bruscas.
- 2- O veículo a pesar deve ficar em posição centrada relativamente à plataforma da báscula.
- 3- Não é permitida a entrada e estacionamento, na plataforma da báscula, de veículos e cargas com pesos superiores à capacidade máxima daquela.

Artigo 129º

Pesagens

- 1- As pesagens efectuadas em báscula da APTG serão registadas em impresso próprio, sendo fornecido, pelo menos, um exemplar ao cliente, quando o serviço de pesagem tiver sido requisitado.
- 2- Sempre que o julgue conveniente, a APTG pode exigir a pesagem de mercadorias ou de outras cargas nas suas básculas, havendo lugar à cobrança do respectivo serviço.
- 3- Se assim for considerado suficiente para efeitos de conferência, pode ser ordenado que as pesagens determinadas nos termos do número anterior, sejam efectuadas por amostragem.

Artigo 130º

Congestionamento do serviço de pesagens

- 1- Quando, na execução de pesagens impostas pela APTG, se verificarem congestionamentos numa báscula portuária, pode ser autorizada a realização da pesagem fora do recinto do porto.
- 2- Nos casos referidos no número anterior, torna-se obrigatório que no decurso ou no fim da pesagem o dono da carga ou consignatário da mesma, forneça os certificados dos pesos aos Serviços de Exploração da APTG, dos quais constem, além da identificação da mercadoria pesada e do responsável por esta, a matrícula, a tara, o peso bruto e o peso líquido dos veículos pesados.

SECÇÃO V

Ferramentas, aparelhos e utensílios

Artigo 131º

Aluguer de materiais e aparelhos diversos

- 1- A APTG poderá alugar ferramentas, aparelhos e utensílios diversos, tais como cabos, contadores e outros materiais de sua propriedade.
- 2- A entidade que alugar os equipamentos referidos no número anterior é responsável pela sua correcta utilização e entrega, em bom estado de conservação e funcionamento.
- 3- Nos casos de danos causados por incorrecto uso ou deficiente conservação durante o período de aluguer, a entidade que os alugou indemnizará a APTG pelos custos de reposição ou de reparação do material inutilizado ou avariado.

Artigo 132º

Norma de utilização

É obrigatória a utilização de ferramentas, aparelhos e utensílios da APTG para a movimentação de mercadorias ou outras cargas, salvo equipamento do Operador Portuário, quando aplicável, podendo no entanto as empresas de estiva serem dispensadas de tal utilização em situações devidamente autorizadas pelos Serviços de Exploração da APTG.

Artigo 133º

Identificação e depósito

As ferramentas, aparelhos e utensílios pertencentes às empresas de estiva devem estar devidamente identificados e serem depositados nos lugares que lhes sejam indicados pelos Serviços de Exploração da APTG, por forma a que não impeçam ou dificultem a carga ou descarga, o tráfego ou a armazenagem das mercadorias nos cais e terraplenos.

CAPÍTULO VI

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DIVERSOS

SECÇÃO I

Fornecimentos

Artigo 134º

Fornecimentos

Consideram-se fornecimentos a cedência aos clientes do porto de mão-de-obra e de materiais de consumo, bem como a distribuição de água e de energia eléctrica.

Artigo 135º

Fornecimento de água doce

- 1- O fornecimento de água doce às instalações dentro da área de exploração portuária será efectuado pela APTG, nos termos e condições para esse efeito estabelecidos em regulamento específico.
- 2- Cabe à APTG o fornecimento de água doce às embarcações estacionadas dentro do porto.
- 3- A APTG pode, em casos especiais, autorizar que outras entidades efectuem o fornecimento de água doce às embarcações.

Artigo 136°
Fornecimento de energia eléctrica

- 1- A APTG fornecerá energia eléctrica às instalações terrestres localizadas dentro da área portuária, nos termos e condições para esse efeito estabelecidos em regulamento específico.
- 2- A APTG pode fornecer energia eléctrica para bordo das embarcações estacionadas dentro do porto, dentro das potências disponíveis e mediante requisição prévia.
- 3- Os fornecimentos de energia referidos no número 1 serão condicionados ao licenciamento prévio das instalações terrestres a abastecer, por parte da APTG.

Artigo 137°
Fornecimento de mão-de-obra

A APTG pode fornecer mão-de-obra aos clientes do porto, mediante requisição, nas condições estabelecidas no Regulamento de Tarifas.

SECÇÃO II

Prestação de outros serviços

Artigo 138°
Instalação de telefones a bordo

- 1- A APTG pode instalar telefones a bordo das embarcações atracadas, desde que disponha de equipamento adequado para esse efeito e de tomadas de ligação à rede geral, sendo da responsabilidade do requisitante os encargos com a instalação e as conversações efectuadas.
- 2- A APTG pode, ainda, autorizar que a instalação de telefones a bordo das embarcações seja efectuada por outras entidades.

Artigo 139°
Recolha de lixo

- 1- Quando disponível, o fornecimento do serviço de recolha de lixos pela APTG será efectuado mediante requisição dos mesmos, com a conveniente antecedência, e mediante o pagamento da respectiva taxa.
- 2- Mediante requisição prévia e respectiva autorização da APTG, podem os serviços de recolha de lixos ou de resíduos de navios e embarcações serem prestados por entidade externa.
- 3- A remoção de lixos ou de resíduos resultantes da realização de obras, de trabalhos de manutenção ou de actividades comerciais ou industriais que se realizem em áreas portuárias de mercadorias, é da responsabilidade das entidades que efectuem tais trabalhos ou operações, podendo a APTG mandar executar essas tarefas se não realizadas, pronta e atempadamente, pela entidade responsável, debitando a esta os correspondentes encargos.

Artigo 140°
Serviços de varagem

A APTG poderá colocar à disposição dos clientes locais destinados à varagem de embarcações, ficando estas sujeitas às normas constantes do presente Regulamento.

Artigo 141°
Serviços diversos

A APTG poderá colocar à disposição dos clientes outro tipo de serviços cuja prestação não se encontre prevista no presente Regulamento, nos termos de regulamentos específicos que venha a aprovar.

CAPÍTULO VII

VIGILÂNCIA, ACESSO E CIRCULAÇÃO

SECÇÃO I

Vigilância

Artigo 142º

Regime

- 1- A vigilância e o policiamento das zonas portuárias regem-se por regulamentos específicos a aprovar pela APTG, depois de prévia audição das autoridades marítima e aduaneira e, eventualmente, de outras entidades a quem a lei atribua funções especiais em razão das matérias previstas neste capítulo.
- 2- Independentemente das competências atribuídas por lei a outras entidades, nomeadamente autoridades marítima e aduaneira, a APTG efectua a vigilância da área portuária através dos seus agentes ou serviços de segurança próprios.

Artigo 143º

Vigilância

- 1- A APTG poderá dispor de agentes para a vigilância da área de jurisdição portuária, salvaguardadas as atribuições conferidas às autoridades policiais, marítima e de fiscalização aduaneira.
- 2- No desempenho das suas funções de fiscalização e de vigilância, os agentes da APTG são equiparados aos agentes da autoridade ou força pública, podendo, sempre que as circunstâncias o imponham, solicitar o auxílio de outras autoridades.
- 3- Os agentes da APTG que exerçam funções de fiscalização ou vigilância, ou que realizem outros serviços na área de exploração portuária que lhes confirmem tais competências, serão portadores de identificação adequada, podendo também usar fardamento especial.

Artigo 144º

Livre acesso

A realização das acções ou actividades previstas no presente Regulamento não poderá, em caso algum, impedir o livre acesso e o exercício de inspecções, fiscalização, conferência, vistoria e peritagem às autoridades referidas no nº1 do artigo 6º, no âmbito das suas competências, ou eventualmente a outras a quem a lei atribua essas funções, desde que exercidas por pessoal devidamente identificado e credenciado para o efeito.

Artigo 145º

Entrada a bordo

A entrada a bordo das embarcações fundeadas ou acostadas e o acesso às instalações e edificações privadas, licenciadas, concessionadas, avençadas ou em qualquer outro regime legal ou regulamentar de cedência, localizadas nos recintos portuários, são facultados ao pessoal da APTG mediante a exibição de credencial ou do respectivo cartão de identificação, quando no exercício das suas funções.

SECÇÃO II

Acesso, circulação e estacionamento nas zonas portuárias

Artigo 146º

Pessoas e veículos

- 1- O acesso de pessoas e veículos aos recintos portuários e zonas vedadas e a circulação e permanência de viaturas nas áreas e parques de estacionamento do porto serão regulamentados pela APTG, podendo a entrada ser condicionada ao pagamento de taxas de portagem.

- 2- Compete à APTG conceder as autorizações necessárias para o acesso aos recintos portuários de pessoas e veículos que, por razões das suas funções ou serviços, necessitem de ali exercer a sua actividade.
- 3- Todas as pessoas ou condutores de veículos titulares de documento de livre acesso emitido pela APTG deverão exibi-lo à entrada dos recintos portuários.
- 4- O não cumprimento do estabelecido no número anterior retira-lhes as prerrogativas que os referidos documentos lhes conferem.

Artigo 147º
Circulação e estacionamento

- 1- Dentro dos recintos portuários a APTG poderá estabelecer e fazer cumprir, normas sobre a circulação e estacionamento de veículos, definindo áreas de exploração, de circulação e de estacionamento, de acordo com os condicionamentos existentes.
- 2- Sempre que circunstâncias especiais o determinem, a APTG poderá alterar pontualmente as regras sobre circulação e estacionamento que se encontrem em vigor, ou substituí-las por outras que venham a ser aprovadas.
- 3- Em tudo o que não estiver regulamentado pela APTG, será aplicável o disposto no Código de Estrada.

Artigo 148º
Condicionamento de circulação

- 1- As pessoas e veículos autorizados a entrarem nos recintos portuários deverão apenas dirigir-se para os locais a que se destinam, acatarem as instruções da APTG dadas através dos seus agentes devidamente identificados, respeitarem a sinalização existente e as regras de circulação e de estacionamento estabelecidas.
- 2- Dentro dos recintos portuários, os agentes da APTG podem proceder à identificação de pessoas ou veículos, assim como determinar a sua retirada para outros locais, de acordo com as circunstâncias que se verifiquem.
- 3- Os agentes da APTG determinarão a saída dos recintos portuários das pessoas ou veículos que nelas entrem indevidamente, que perturbem a ordem, que não acatem as suas instruções, que se intrometam abusivamente nas operações ou ainda que desobedeçam às normas e regulamentos em vigor.
- 4- Nos casos referidos no número anterior, a APTG pode interditar a entrada nos recintos portuários aos transgressores, sem prejuízo de procedimento disciplinar ou criminal a que haja lugar.

Artigo 149º
Proibição da circulação de veículos

- 1- É proibido o acesso de veículos às zonas de trabalho, excepto nos seguintes casos:
 - a) Veículos utilizados no transporte de mercadorias descarregadas ou a carregar, de ou para navios atracados;
 - b) Veículos que transportem materiais ou abastecimentos para consumo de bordo;
 - c) Veículos da APTG;
 - d) Veículos oficiais que transportem agentes de entidades com intervenção na zona do porto;
 - e) Veículos que para tal sejam autorizados pelos Serviços de Exploração da APTG.
- 2- Tendo em vista o rendimento, segurança e eficiência dos trabalhos portuários, os Serviços de Exploração da APTG podem proibir ou condicionar, por meio de sinalização ou através dos seus agentes, o acesso a quaisquer zonas de trabalho de veículos aí autorizados a circular.
- 3- O trânsito dos veículos não discriminados no número 1 deste artigo, apenas é permitido nas faixas de circulação rodoviária que se encontrem definidas.
- 4- Os Serviços de Exploração da APTG podem também proibir ou condicionar temporariamente a circulação de veículos nas faixas de circulação rodoviária referidas no número anterior, quando circunstâncias especiais assim o imponham.

Artigo 150º
Proibição de estacionamento de veículos

- 1- É proibido o estacionamento de veículos nos seguintes locais:
 - a) Zonas de depósito ou de armazenagem de mercadorias, devidamente demarcadas, salvo quando se trate de veículos utilizados no transporte de mercadorias a levantar ou a depositar nesses locais;
 - b) Zonas de trânsito, desde que desse estacionamento possam advir perturbações para a normal circulação ou para os trabalhos portuários;

- c) Zonas de trabalho (mesmo para os veículos que a elas têm acesso) quando aí permaneçam para além do tempo indispensável ou possam perturbar o bom andamento das operações;
 - d) Parques de estacionamento limitado, quando em violação das indicações dos respectivos sinais;
 - e) Em qualquer área devidamente sinalizada com essa proibição.
- 2- O estacionamento de veículos não utilizados na exploração portuária apenas será permitido em parques demarcados e nas áreas expressamente destinadas para esse efeito pelos Serviços de Exploração da APTG.

Artigo 151º
Velocidade permitida dentro dos recintos portuários

A velocidade máxima permitida aos veículos ou máquinas que circulem dentro dos recintos portuários é de 30 Km/hora, sem prejuízo de limite inferior que se encontre localmente assinalado.

CAPÍTULO VIII
OCUPAÇÕES E LICENÇAS

Artigo 152º
Utilização de espaços portuários

- 1- A utilização de edificações, instalações, terraplenos, terrenos, cais, pontes-cais, ou outras áreas sob de jurisdição da APTG depende de prévia autorização desta, a conceder mediante licença, contrato de concessão, ajuste directo, avença ou outros meios legais ou regulamentares de cedência.
- 2- As normas e condições de utilização serão, salvo disposição legal em contrário, definidas pelo Conselho de Administração da APTG.

Artigo 153º
Ocupação

Considera-se ocupação a cedência, para uso temporário, de edifícios da APTG ou de terrenos sob a sua jurisdição.

Artigo 154º
Licença

- 1- Consideram-se licenças as autorizações concedidas pela APTG para a realização de obras, ocupações e exercício de actividades comerciais ou industriais, incluindo a publicidade.
- 2- Da licença constam as condições específicas a observar pelos requerentes, incluindo as que tenham a ver com razões de segurança e de exploração económica dos portos.

Artigo 155º
Pluralidade de interessados

As ocupações de terrenos e edifícios serão adjudicadas em hasta pública, concurso público ou outra modalidade que garanta a igualdade de oportunidade, sempre que haja mais do que um interessado, ou quando outras razões o justifiquem, salvo disposição legal em contrário.

Artigo 156º
Ajuste directo

As ocupações dos terrenos e edifícios poderão ser cedidas por ajuste, sempre que a duração e/ou a natureza e finalidade da ocupação revelem ser essa a solução conveniente para a exploração portuária.

Artigo 157º
Obras

- 1- Na área de jurisdição da APTG não pode ser efectuado qualquer tipo de obra, incluindo construções, demolições, escavações, aterros, terraplanagens e movimentações de areias ou terras, sem que previamente a mesma tenha sido autorizada, através de licença, concedida pela autoridade portuária.
- 2- A falta de licença ou a violação das condições da licença atribuída poderá originar a suspensão ou o embargo da obra, podendo ainda ser ordenada a demolição da construção.
- 3- As normas e condições de licenciamento de obras serão definidas pela APTG.

Artigo 158º
Descarga de terras e entulhos

- 1- A descarga de terras e entulhos na área de jurisdição da APTG só poderá efectuar-se mediante autorização, concedida através de licença da autoridade portuária, e terá obrigatoriamente de o ser para os locais determinados para esse efeito, e nas condições por ela estabelecidas.
- 2- As normas e condições de licenciamento das descargas de terras e entulhos serão definidas pela APTG.

Artigo 159º
Dragagens e lançamento de dragados

- 1 As dragagens na zona marítima da área de jurisdição da APTG só podem ser efectuadas mediante autorização, através de licença concedida pela autoridade portuária, nos casos previstos na lei.
- 2 As normas e condições de licenciamento das operações relacionadas com as dragagens serão definidas pela APTG.

CAPÍTULO IX

INTERESSE PORTUÁRIO

Artigo 160º
Noção

- 1- Para efeitos de aplicação do presente Regulamento e de eventuais normativos em que a APTG seja parte interessada, entende-se por interesse portuário um conjunto de valores a serem prosseguidos pela autoridade portuária na defesa do interesse público, designadamente:
 - a) Garantia da segurança e conservação das infra-estruturas, instalações, edificações e equipamentos portuários;
 - b) Salvaguarda de bens e do meio ambiente das zonas marítimas e terrestres sob sua jurisdição;
 - c) Protecção dos legítimos interesses do porto e da comunidade portuária;
 - d) Optimização e racionalização da exploração económica e do desenvolvimento dos portos.
- 2- A aplicação das normas contidas no presente Regulamento e em regulamentação complementar poderá ser prejudicada sempre que o interesse portuário o justifique e seja invocado pela autoridade portuária.

CAPÍTULO X

CONTRA-ORDENAÇÕES

Artigo 161º
Infracções ao presente Regulamento

Constitui contra-ordenação punível com coima qualquer infracção ao disposto no presente Regulamento, sendo aplicável o disposto no Decreto-Lei n.º 49/2002, de 2 de Março.